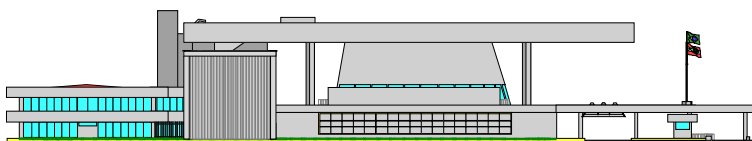


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 12 DE AGOSTO DE 2011

NÚMERO 6.318

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Chereim

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Dado Chereim - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Chereim
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Chereim

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
Dado Chereim

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2318 EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 013ª Sessão Especial realizada em 09/08/2011 2 Ata da 069ª Sessão Ordinária realizada em 09/08/2011 5</p> <p>Publicações Diversas Ata da Procuradoria 15 Atas de Comissão Permanente 15 Aviso de Licitação 16 Avisos de Resultado 16 Portarias 16 Projetos de Lei Complementar 18 Projetos de Resolução 21</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 013ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM AO PADRE HÉLIO DA CUNHA, DA PARÓQUIA SÃO

ANTÔNIO DE SÃO JOSÉ/SC, PELA PASSAGEM DOS SEUS 30 ANOS DE

SACERDÓCIO

PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

SUMÁRIO

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Faz homenagem ao padre Hélio da Cunha.

DIÁCONO DJALMA LEMES - Presta homenagem ao padre Hélio da Cunha.

PADRE HÉLIO DA CUNHA - Agradece a homenagem que lhe presta o Poder Legislativo.

PADRE PEDRO JOSÉ KOEHLER - Manifesta-se a respeito da vida de padre Hélio da Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Eskudlark) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Quero convidar para compor a mesa as autoridades a seguir nominadas:

Reverendíssimo padre Hélio da Cunha, nosso homenageado;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Roberto Carlos de Souza, prefeito do município de Navegantes;

(Palmas)

Senhor Djalma Lemes, diácono;

(Palmas)

Senhora Luci Cunha Schappo e senhor Laudelino Schappo, representando a família do padre Hélio da Cunha;

(Palmas)

Reverendíssimo padre Pedro José Koehler, capelão do Imperial Hospital de Caridade, de Florianópolis.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares em homenagem ao padre Hélio da Cunha.

Neste momento, convido todas as pessoas presentes para ouvir a execução do Hino Nacional.

(Procede-se a execução do hino.)

(Palmas)

Neste momento teremos a

apresentação de um vídeo sobre a vida sacerdotal do padre Hélio da Cunha.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Quero saudar o reverendíssimo padre Hélio da Cunha, o homenageado de hoje da Assembleia Legislativa e da população de Santa Catarina, como também o sr. Roberto Carlos de Souza, prefeito municipal de Navegantes.

Pensava aqui como as pessoas que são próximas a padre Hélio são abençoadas. O Roberto, que é um particular amigo de longa data, tem uma amizade e uma proximidade muito grande com o referido padre.

Da mesma forma, quero saudar o diácono Djalma Lemes, a d. Juventina Eskudlark, que correu e pediu os detalhes para ajudar nesta homenagem tão importante. Dentro da nossa simplicidade e humildade, ficamos até preocupados em fazer o melhor,

padre Hélio. Por tudo que o senhor merece e por tudo que gostaríamos de apresentar e demonstrar, a nossa gratidão.

Encontrei pessoas que vieram dizer da felicidade dessa homenagem, por tudo aquilo que o senhor já proporcionou para tantas pessoas que estão aqui presentes.

Quero saudar ainda a Luci e o Laudelino, que representam a família, a nossa satisfação de estarem hoje na Assembleia Legislativa fazendo parte dessa homenagem, como o padre Pedro José Koehler, que também tem uma história no estado e por quem temos um grande respeito e uma grande admiração.

Quero registrar que todos os deputados justificaram a sua ausência, porque normalmente essas sessões acabam sendo presididas pelo deputado que as requereu. Os demais têm a sua agenda, mas os deputados fizeram manifestações em homenagem ao padre explicando por que não puderam estar aqui presentes.

O padre José de Souza, de Itajaí, não virá para a homenagem, mas também fez questão de comunicar e desejar que fosse transmitido um abraço ao padre Hélio.

Eu acho que vou escrever um livro sobre o padre Hélio, porque passei vários dias lendo a sua história, as suas entrevistas, a sua vida, com muito carinho e com muita dedicação. Eu sou um admirador do senhor, pela pessoa que é, pelo trabalho que faz. Todos temos os nossos momentos de dificuldade, seres humanos não existem nem mais forte nem menos forte, somos todos iguais, todos filhos de Deus.

Quero aproveitar para registrar a presença dos nossos festeiros de Campinas e do Kobrasol.

O padre Hélio, com muito carinho e com muita dedicação, foi na casa de cada um antes de rezar a missa e fazer aquela homenagem. Isso demonstra o seu carinho, a sua simplicidade e a sua forma de transmitir a palavra de Deus.

Eu tenho casa em São José, desde 1983, e sempre que pude frequentei, como disse, a igreja, padre Hélio, em muitos momentos de dificuldade, seja profissional, como chefe da Polícia que fui durante quase quatro anos. Eu confesso que muitas vezes, inclusive alguns dias de expediente, na missa das 15h, eu saía do serviço e quando as pessoas me ligavam diziam: "Liguei para ti, mas o telefone estava desligado". E aí disse: "Sim, é que eu estava na missa". Ninguém acreditava que eu estava na missa, às 15h, em dia de semana.

Mas muitas vezes fui buscar apoio espiritual para que a Nossa Senhora Desatadora de Nós resolvesse todos os problemas que temos na segurança do estado de Santa Catarina. E eu acredito que parte da felicidade de ter feito uma boa gestão na secretaria da Segurança num momento tão difícil que vivia o estado de Santa Catarina deveu-se ao apoio espiritual que recebi lá.

Assim aconteceu também no meu lado pessoal, pois muitas vezes, em momento de dificuldade, fomos lá orar, agradecer a Deus e pedir a Ele que viesse uma luz para que conseguíssemos resolver os problemas que enfrentávamos. E essa luz sempre veio, seja na maneira como queríamos, porque quando vamos atrás de alguém que nos transmite fé, queremos que a solução seja do jeito que pensamos que deva ser. Nós idealizamos o que é melhor para nós e vamos lá querer esse melhor para nós, mas muitas vezes esse melhor para nós Deus vê de maneira diferente, o que no momento até entendemos, pois

depois as coisas acabam sendo realizadas da forma que Ele planejou, como Ele quis que fosse para cada um de nós.

Eu confesso que não preparei nenhum discurso oficial, apenas quero dizer que todos nós e a sociedade de Santa Catarina temos muito a agradecer ao senhor por tudo que tem feito. E nada mais justo do que agradecer-lo agora, com 30 anos de sacerdócio completados agora no dia 11, como o senhor já disse em sua entrevista, que era até muito mais, porque o senhor tem um tempo de dedicação antes de iniciar o sacerdócio. Assim sendo, são muitos mais anos do que esses 30 de trabalho que o senhor prestou de fé à sociedade e ao estado de Santa Catarina.

Então, pensando nisso e observando as comemorações, o amor e o respeito que cada um tem pelo senhor pelas palavras de fé, nós fizemos a indicação para homenageá-lo que foi aprovada por unanimidade por todos os srs. deputados.

Eu convido, neste momento, a deputada Dirce Heiderscheidt, para que faça parte aqui da mesa, agradecendo-a por estar aqui presente prestigiando esta sessão especial.

(Palmas)

Quero dizer a todos aqui presentes que em novembro haverá a entrega, nesta Casa, de uma homenagem ao mérito legislativo do estado de Santa Catarina e junto com os homenageados de todos os deputados o senhor será convidado para voltar à Assembleia para receber esta homenagem. Mas hoje a Assembleia Legislativa, através desta sessão especial, faz esta justa homenagem ao padre Hélio da Cunha.

Convido agora o diácono Djalma Lemes para que faça uso da palavra.

O SR. DIÁCONO DJALMA LEMES - Reverendíssimo padre Hélio da Cunha, querido amigo e pastor;

Excelentíssimo senhor deputado Maurício Eskudlark, que preside esta sessão especial;

Excelentíssima senhora deputada Dirce Heiderscheidt;

Excelentíssimo senhor Roberto Clausen, prefeito de Itajaí;

Demais autoridades, reverendíssimos sacerdotes;

Padre Pedro Koehler, padre Valter Goedert, diáconos, familiares e amigos do padre Hélio da Cunha.

Em nome da paróquia Santo Antônio, da qual padre Hélio da Cunha é o pastor, gostaria, antes de qualquer coisa, de expressar a nossa profunda gratidão ao deputado Maurício Eskudlark pela feliz e brilhante iniciativa de fazer a proposição a esta Casa para homenagear a passagem dos 30 anos de sacerdócio do reverendíssimo padre.

Esta Casa hoje faz justiça a um trabalho de um homem que há 30 anos fez uma opção radical de vida, consagrando-se a Deus em favor do seu povo. São 30 anos de entrega nas mãos de Deus, uma vida inteira consumida no zelo pela igreja e pelos irmãos, principalmente àqueles de corações feridos, machucados e sobrecarregados pelo peso da vida.

No anúncio incansável do reino, nas noites de solidão, na alegria ou na tristeza, nas vitórias ou nos fracassos, o sino do padre Hélio foi reafirmado ano após ano.

Somos testemunhas do seu incansável trabalho junto às pastorais procurando sempre dinamizar e incentivar os vários setores, para que façam acontecer a evangelização com novo ardor, num clima de unidade e de fraternidade.

Somos testemunhas da sua busca constante de novos métodos para levar Deus às pessoas e as pessoas a Deus. Exemplo disso é a novena de Nossa Senhora Desatadora dos Nós, um momento de graça em que se reúnem semanalmente em nossa igreja, para rezar e louvar a Deus, mais de seis mil pessoas de todas as idades e de todas as condições econômicas.

O povo tem sede de Deus, e padre Hélio está sempre atento para levar uma palavra de ânimo, de consolo e de esperança.

Os anos passam, mas o desejo de fazer melhor, de dar o melhor de si para a igreja de Jesus, mesmo que venham ventos contrários, está sempre presente em sua vida.

Esta Casa, expressão maior da vontade do povo, faz justiça, hoje, ao homenagear um homem que no anonimato dos grandes meios de comunicação consome sua vida naquilo que o mundo mais precisa, que é a prática da justiça, da solidariedade e do amor.

Deus seja louvado por este momento.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Eskudlark) - Convido, neste momento, o mestre de cerimônias, Washington Luis Mignoni, para conduzir as homenagens.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - O padre Hélio da Cunha nasceu em 05 de outubro de 1949. No dia 27 de fevereiro de 1962 foi para o Seminário de Azambuja, em Brusque, permanecendo por seis anos. cursou a faculdade de Teologia no Instituto Teológico de Santa Catarina.

Em 1978, ingressou no Seminário Maior e foi ordenado diácono em 05 de outubro de 1980 por dom Afonso. Passou pelas paróquias de Biguaçu e de Itajaí e em 12 de janeiro de 2003 é nomeado pároco da paróquia de Santo Antônio de Campinas, completando neste ano 30 anos de sacerdócio.

O Poder Legislativo de Santa Catarina presta homenagem ao padre Hélio da Cunha por seu trabalho evangelizador, por sua atuação na área social, exercendo o seu dom pastoral com amor e alegria em todas as paróquias que percorreu, na busca por uma sociedade fraterna e igualitária na construção de um mundo melhor.

Convido o sr. deputado Maurício Eskudlark e a sra. deputada Dirce Heiderscheidt para fazerem a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, ao padre Hélio da Cunha.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, a sra. Juventina Eskudlark, mãe do deputado Maurício Eskudlark, fará a entrega da homenagem ao padre Hélio da Cunha.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço aos srs. deputados e também ao padre Hélio da Cunha, o homenageado.

A seguir, os coroinhas Vitor, Geovana e Ana Luiza acompanharão Luiza Pereira e Giulia Soncini, os quais prestarão uma homenagem ao padre Hélio da Cunha com as músicas *Amor Maior* e *Ave Maria*.

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

Padre Hélio da Cunha, entrego uma rosa vermelha que representa o seu grande e dedicado amor para com o sacerdócio.

(Palmas)

Padre Hélio da Cunha, esta rosa representa Maria, Nossa Senhora, e o seu amor à querida mãe de Jesus.

(Palmas)

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

Na sequência, teremos a apresentação da Banda Dom Supremo.

(Procede-se à apresentação da banda.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Eskudlark) - Bastante emocionado, convido, neste momento, o homenageado desta noite, o nosso querido padre Hélio da Cunha, para fazer uso da palavra.

O SR. PADRE HÉLIO DA CUNHA - Excelentíssimo deputado Maurício Eskudlark, digníssimo deputado que me concede a graça desta homenagem;

Deputada Dirce Heiderscheid aqui presente e demais srs. deputados, que, por acaso, estejam presentes;

Excelentíssimos prefeitos municipais, presentes nesta solenidade;

Srs. vereadores e srs. secretários dos nossos municípios que também se fazem presentes;

Reverendíssimo padre Pedro José Koehler, que neste ato representa o administrador arquidiocesano da Arquidiocese de Florianópolis, padre João Francisco Salm;

Reverendíssimos sacerdotes, diáconos e pastores de outras denominações evangélicas;

Reverendos religiosos e reverendas religiosas;

Queridos seminaristas;

Amados e queridos familiares;

Distintos paroquianos das paróquias Santo Antônio, Campinas e Kobrasol e ex-paroquianos de outras comunidades;

Amigos e amigas.

(Passa a ler.)

"Neste momento solene em que sou homenageado pelos meus 30 anos de vida sacerdotal, quero, inicialmente, expressar o meu profundo agradecimento a esta Casa por tão nobre evento e, em especial, ao deputado Maurício Eskudlark, a quem devo a honra de estar aqui e o privilégio de tão grande distinção. Creio que Deus, nosso Pai, haverá de recompensá-lo ao ver na Terra um dos seus sacerdotes sendo homenageado por iniciativa carinhosa de sua pessoa.

Srs. deputados, autoridades civis e eclesíásticas e amigos que nos honram com sua presença, gostaria de dizer-lhes que há 30 anos, movido por um chamado irrecusável, porque de Deus, disse 'sim' ao sacerdócio ministerial e fui ordenado sacerdote da Igreja Católica na queridíssima Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus, em Antônio Carlos, minha querida terra natal, pelas mãos abençoadas do saudoso e inesquecível dom Afonso Niehus.

(Palmas)

Daí para frente toda a minha vida, todos os meus esforços e todos os meus anseios mais profundos têm sido o de levar Deus às pessoas e as pessoas a Deus. Consciente da sagrada e nobre missão que deve nortear a vida de um sacerdote, apesar de minhas fragilidades e fraquezas, não me furti ao compromisso de, dia após dia, estender as mãos àqueles que estão caídos, ouvir aqueles que estão angustiados e levar uma palavra de esperança àqueles que perderam toda a esperança.

No dia da ordenação o bispo reza para que o padre saiba carregar o fardo pesado que está sobre os ombros do seu povo sofrido. Por isso a vocação do padre é ser Sirineu, um carregador de fardos do reino de Deus. O que dá nobreza à minha vida sacerdotal é estar no meio do povo sentindo o cansaço e o abatimento das ovelhas que o Senhor me confiou.

Rezo e rezo muito e peço a Deus a graça de aprender no dia a dia não ser apenas um pastor, isso até que é muito fácil, mas de ser um bom pastor, aquele que dá a vida pelas suas ovelhas. Deus deposita em seus padres um voto de confiança e por isso os presbíteros serão os primeiros a carregar a tocha da luz, a tocha da esperança, a tocha da alegria, a tocha do amor à vida.

O padre deve ser profeta da vida, um peregrino em busca da verdade, da justiça e do amor. É um homem caminhante, homem sempre em partida, levando a alegria da Páscoa e a coragem de Pentecostes, construindo assim uma sociedade nova.

A realidade atual nos mostra uma alienação de valores humanos, culturais e políticos de nossa sociedade e uma paisagem social ainda em ruínas. A distribuição de renda é estarrecedora. Muito embora os avanços sociais já conquistados, ainda assistimos em nossa volta uma desigualdade social cruel e desumana. Uma paisagem social que se depara com índices alarmantes em nossas periferias, de inúmeras famílias sem um mínimo de condições dignas de vida, onde se enxerga milhares de crianças inocentes que ainda passam fome. Jovens desorientados, muitas vezes sem oportunidades de qualificação profissional, sujeitam-se ao subemprego, quando não caem na marginalidade e na violência urbana.

Esse cenário não nos permite ao luxo da indiferença, nem de ficarmos parados contemplando passivamente essa situação de calamidade. Um compromisso de transformação e de mudança se impõe, e fugir da concretização desse compromisso é não só negar-se a si mesmo, como negar ao maior projeto de Deus para o homem: vida para todos e vida digna em abundância!

Senhores e senhoras, nós estamos num mundo e como mundo não somos uma ilha. Portanto, é preciso sair de nós mesmos, projetar-nos em nosso semelhante para descobriremos outros caminhos fora de nós mesmos e seremos, então, sujeitos de uma história muito mais feliz.

É preciso despertar em nós o desejo de romper nossas amarras, de quebrar nossas cadeias e começarmos a voar com as asas das águias, renovando assim nossas forças, sem nos cansar, indo como as águias em frente sem nos fatigar, buscando horizontes mais amplos na prática do amor e da solidariedade, construindo, assim, a civilização do amor. Despertar em nós um desejo de ser mais, de conquistar nosso espaço na construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

Temos a certeza e a confiança de que existe um caminho e um futuro, porque em meio a uma sociedade decadente e corrompida, cuja inversão de valores de toda ordem é a sua marca, ainda existem instituições e homens que não se corrompem, mas que no trabalho proveitoso e na abnegação buscam restaurar o que de mais nobre existe na face da terra, o que de mais preciso existe para um povo: o respeito pela dignidade humana, a liberdade e a paz. Homens e mulheres buscam transformar uma sociedade de oprimidos em uma sociedade

mais igualitária, em que todos tenham o que comer, o que vestir e onde morar, a sociedade que Deus quer para o seu povo.

Senhores e senhores, venho tentando, durante 30 anos de vida sacerdotal, das mais variadas formas, dizer e mostrar aos homens e mulheres do nosso tempo que Jesus Cristo tem a solução para os anseios mais profundos do coração humana, que a igreja, que eu tanto amo, que tanto procuro servir, traz ao longo dos séculos uma mensagem de amor, de solidariedade, de alegria e de paz, ou seja, de salvação para todos aqueles que de boa vontade se propõem a servi-la e acolhê-la em seus corações.

É a Boa Nova, o Evangelho, a palavra de Jesus Cristo dirigida aos homens e às mulheres de hoje. É lamentável que muitos se façam cegos e surdos às obras e à voz de Deus no mundo. A indiferença mata, destrói, aniquila. A busca desordenada do ter, do prazer e do poder os tornam insensíveis aos apelos de Deus por causa da convicção de que Deus não existe, e essa convicção cada vez mais se instala em nossa sociedade. Estou convencido de que, ao ignorarmos Deus, ao descartarmos Deus, a sociedade começa a perder os seus valores, começa o apodrecimento de suas estruturas.

Hoje estou sendo homenageado pelos frutos do meu sacerdócio; uma pequena gota num oceano imenso, mas uma gota que pode ter feito a diferença em muitas vidas! Esta homenagem não é feita a mim, mas ao querido Deus e Pai que através de mim pôde acolher, pôde abraçar, pôde carregar no colo tantos filhos e filhas machucados.

Amigos e amigas, estou sendo homenageado por esta Casa porque procurei fazer o bem, porque descobri que somente é feliz quem faz feliz alguém.

Estamos na Casa do Povo, que existe para estar a serviço do povo. Por isso, penso quanto bem já foi irradiado de dentro desta Casa. Quantos que a partir daqui encontraram um novo sentido para a sua vida. Mas, no entanto, quanto ainda poderá ser feito pelo povo, principalmente, pelo povo menos favorecido.

Agradeço a Deus, nosso senhor, pela homenagem recebida.

De modo especial agradeço mais uma vez, carinhosamente, ao deputado Maurício Eskudlark e desejo de todo o meu coração sacerdotal que esta Casa do Povo seja edificada cada vez mais na prática do bem e da justiça, do amor e da misericórdia, em favor do povo catarinense.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Eskudlark) - Com a palavra o padre Pedro José Koehler.

O SR. PADRE JOSÉ KOEHLER - Gostaria de agradecer este momento em que recebemos esta tão dignificante homenagem em favor de um sacerdote da nossa arquidiocese de Florianópolis. Parabéns, deputado Maurício Eskudlark, a quem conheço há muitos anos.

Se dom Murilo Ramos Sebastião Krieger estivesse aqui, o nosso arcebispo primaz do Brasil, sem dúvida nenhuma, também daria uma palavra ao homenageado, ao padre Hélio da Cunha.

E quero, em nome do nosso administrador apostólico, ou melhor, administrador arquidiocesano, padre João Francisco Salm, desejar meus cumprimentos.

Também cumprimento o deputado Maurício Eskudlark, através de quem cumprimento todos os senhores e igualmente, na pessoa da deputada Dirce Heiderscheidt, todas as senhoras. Em nome do clero da arquidiocese, nossos cumprimentos ao padre Hélio Cunha, em nome, igualmente, dos diáconos permanentes, bem como também em nome de todos os religiosos, religiosas e seminaristas.

Padre Hélio Cunha, lembro-me de vez em quando, do dia 25 de dezembro de 1960, quando tive a graça de Deus, lá em Antônio Carlos, na hoje maravilhosa igreja matriz, de celebrar a minha primeira santa missa, quando você foi meu coroinha. Lembrança essa que guardo no fundo do meu coração.

Padre Hélio Cunha, por todos os lugares onde você passou, seja em Navegantes, em Biguaçu, Itajaí, Fazenda e, especialmente em Campinas, na paróquia Santo Antônio, bem como no Kobrasol, você sempre tem-se doado, sacrificando-se e sendo um sacerdote simples, humilde, disponível, mas especialmente olhando para as pessoas sem distinção de raça, de cor, de sexo e de cultura. Esta noite é uma demonstração solene pública do amor, do carinho; apesar dessa chuva intensa e do frio aqui se fazem presentes

tantas pessoas, como o seu ilustre amigo, futuro deputado ou quem sabe prefeito de Navegantes e tantas outras autoridades.

Parabéns, padre Hélio Cunha, você merece essa homenagem. Continue sendo esse sacerdote que você é. Aquele que há 30 anos - como eu também há 50 anos e meio - deu o seu sim e todos admiram muito em você essa disponibilidade, essa prontidão em sempre atender incansavelmente às pessoas procurando trazer mais corações, mais mentes para o reino de Deus. E que Deus continue a abençoar você e que, especialmente, o Cristo e o sumo eterno sacerdote continuem sempre ao seu lado, animando esse seu maravilhoso ministério sacerdotal com a proteção de Nossa Senhora, mãe do Cristo, nossa mãe.

Parabéns à Assembleia Legislativa, parabéns especialmente ao deputado Maurício Eskudlark, à deputada Dirce Heiderscheidt e aos demais deputados que aqui, por unanimidade, prestam essa digna e magnífica homenagem.

Boa-noite, saúde e felicidades para todas e todos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Eskudlark) - Com certeza todos estão

mais felizes; esta Casa, que decide os destinos do estado de Santa Catarina, está abençoada com esta sessão.

Cumprimento o meu amigo Roberto, que foi seminarista e coroinha do dom Henrique Muller, vigário de Canoinhas, depois bispo de Joaçaba. Guardo com muito carinho esse tempo.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Agradeço também à banda *Dom Supremo* que abrilhantou esta noite; às nossas queridas cantoras e suas famílias; aos funcionários da TVAL, aos funcionários do Cerimonial da Casa e convidamos todos para um coquetel no *hall* deste Poder.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 069ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Crítica a atuação da Cohab/SC.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Trata das Frentes Parlamentares das Ferrovias e da Agricultura Familiar; registra ato solene que homenageou os municípios que cumpriram a Lei n. 11.947; crítica a urgência na venda das ações da Casan.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Estranha a mudança de postura dos deputados com relação à venda de ações da Casan; qualifica como insustentável a dívida americana; aborda a redução de vagas no curso de Economia da UFSC.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se às matérias veiculadas na imprensa sobre os gastos com diárias dos deputados.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Corroborava das palavras do deputado Jailson Lima.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Concorda com as colocações do deputado Jailson Lima.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Norberto Gonzotti e presidente da Câmara Municipal de Palmitos; e do prefeito Rudimar Francisco Guth e do vereador e secretário da Administração de Tigrinhos, Sidinei Bernardes.

Partidos Políticos

DEPUTADO DADO CHEREM - Discute a questão da violência no trânsito na SC-411; fala sobre projeto de sua autoria que disciplina o consumo de bebida alcoólica por adolescentes; anuncia a filiação do vice-prefeito da capital no PSDB.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Analisa o momento político e econômico do país.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra a audiência pública realizada em Corupá sobre segurança pública.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Comenta os resultados do 9º Congresso Catarinense de Municípios, realizado na capital.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Discorre sobre viagem acompanhando o governador do estado; esclarece projeto de sua autoria que retirou a exigência de vigilantes nas lotéricas que operam com até quatro máquinas; reivindica a instalação de mais uma vara da Justiça Federal em Joinville.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Discorda do uso de segurança armadas nas casas lotéricas.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Questiona a bancada do PT sobre cobranças diferenciadas no estado e em Brasília.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA - Apoia a manutenção da Lei n. 8.666; reporta-se a audiências a que compareceu em Brasília.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Comemora a edição do decreto presidencial que obriga estados e municípios a manterem conta única para os recursos do Fundeb; cobra mais agilidade do governo estadual no cumprimento dos compromissos assumidos com o Magistério.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Reporta-se à terceirização da merenda escolar.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se à necessidade de valorizar o Ideb.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Comunica sua viagem a Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

Antes, porém, queremos anunciar a visita neste Parlamento dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio, de Rodeio, com a orientação e acompanhamento da professora Samira Braidí Valcanaia. São 33 alunos, portanto, que quero crer, deputada Ana Paula Lima, são da sua região. Queremos que se sintam à vontade e agradecemos a presença de todos neste Plenário.

Agora, sim, com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, muito boa-tarde aos srs. parlamentares, ao público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Realmente esses estudantes que estão aqui hoje sob a orientação da professora Samira Braidi Valcanaia são do médio vale do Itajaí. Sejam todos bem-vindos ao Parlamento catarinense! A cidade de Rodeio é muito importante para o estado de Santa Catarina e possui uma belíssima gente. É uma cidade colonizada por italianos e alemães e a nossa intenção é que vocês possam ser os nossos futuros representantes nesta Casa. Temos prezado pelo debate e pela participação da juventude, que é muito importante no processo político. Sejam muito bem-vindos à Casa do Povo, à Assembleia Legislativa.

Também gostaria, de uma forma muito carinhosa, de agradecer a presença do Narcizo, nosso amigo, e também dos engenheiros e empresários da região do planalto norte, mais precisamente de Major Vieira.

Sejam todos muito bem-vindos!

Bom, sr. presidente e srs. deputados, o que me traz à tribuna nesta tarde é um assunto que me causou muita revolta e que foi veiculado no último domingo, no programa *Estúdio Santa Catarina*, uma matéria estereotipada mostrando mais uma vez os descasos da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - Cohab -, agora com os moradores do município de Biguaçu, que há um ano, srs. parlamentares, aguardam a construção das casas prometidas. Seriam 26 unidades habitacionais e apenas duas ficaram prontas! É um absurdo realmente! Há um ano aquelas famílias estão esperando a construção das casas. Acredito que isso seja uma falta de respeito para com as famílias que derrubaram suas casas contando com a promessa de que num curto espaço de tempo novas unidades habitacionais seriam construídas. Infelizmente, aquelas famílias não estão nas suas casas novas e tiveram que improvisar para abrigar seus filhos e outras pessoas. Barracos foram improvisados para que tivessem um teto sobre suas cabeças para morar, já que suas casas viraram promessas.

Esses recursos vieram do ministério das Cidades e a Cohab se dispôs a construir as 26 unidades habitacionais, mas até o momento apenas duas famílias tiveram suas casas construídas e 24 continuam esperando. Inclusive, trouxe um vídeo para que os srs. deputados e o público catarinense que nos assiste e que não pôde acompanhar no domingo saibam o que está acontecendo no município de Biguaçu, infelizmente!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

É lamentável, deputado Dirceu Dresch, que a Cohab mande desmanchar as casas dos moradores e agora diga que não há nenhuma empresa que queira construí-las. Por que não fez esse trabalho antes? Por que não fez a licitação antes e contratou a empresa antes? Não, primeiramente mandou desmanchar todas as casas para depois dizer que não há empresa para construir?

Ora, srs. deputados, é lamentável a situação em que se encontra essa companhia no estado de Santa Catarina. E é mais lamentável ainda porque essa situação não está ocorrendo apenas em Biguaçu, mas também na região de Ilhota, onde houve uma grande catástrofe em 2008, mas até hoje as casas prometidas pela Cohab ainda não foram concluídas. As pessoas continuam morando em abrigos provisórios ou com parentes.

O governador tem que ficar atento a essa situação porque não podemos mais ser coniventes com esse tipo de coisa. O povo está sofrendo e as famílias estão inseguras porque não podem garantir a sua segurança e a de seus filhos. Situações desse tipo estão ocorrendo em Biguaçu, Blumenau, Gaspar, Ilhota etc. E o que mais está por vir?

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigada, sra. deputada.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham, quero cumprimentar os alunos do município de Rodeio e agradecer a presença nesta Casa, pois é sempre uma alegria receber a população do nosso estado, de todas as regiões, principalmente quando as escolas vêm aqui conhecer um pouco como funciona a política. Entendemos ser importante que toda a sociedade brasileira tenha noção e participe do processo político, da construção da democracia em nosso país.

Sr. presidente, tivemos, na semana passada, várias atividades importantes da nossa frente parlamentar. Lançamos, na última quarta-feira à tarde, a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, com uma grande participação de lideranças, entidades públicas, movimentos, organizações, que assumiram o compromisso de, neste primeiro período, neste primeiro momento, focar na assistência técnica, na pesquisa, na extensão rural, na perspectiva da questão alimentar e nutricional.

Dentro de 30 dias estaremos realizando uma reunião de trabalho, uma reunião de planejamento, para que as ações dessa nossa frente parlamentar sejam articuladas também com a frente que existe em nível nacional, posto que está sendo discutido todo o marco regulatório nacional de Ater.

Na última sexta-feira pela manhã estivemos na região de São Miguel d'Oeste e à tarde, em Xanxerê, em função do nosso trabalho na Frente Parlamentar das Ferrovias, juntamente com o nosso coordenador nacional, deputado federal Pedro Uczai, discutindo a questão das ferrovias. Na ocasião foi decidido um grande número de encaminhamentos não somente do trabalho em Santa Catarina, mas também na relação com os países vizinhos, principalmente a Argentina, no sentido da construção de uma ferrovia bioceânica ligando os dois oceanos e atravessando o nosso estado.

Além do debate das ferrovias com outros países, encaminhamos uma audiência com o governador Raimundo Colombo para os próximos dias, a fim de discutir os encaminhamentos com o governo do estado de Santa Catarina.

Assim, tivemos uma semana com bastantes atividades, eventos, discussões que, com certeza, são muito importantes para o futuro do nosso estado, principalmente aqueles relacionados à agricultura familiar e à questão das ferrovias.

No dia de ontem, sr. presidente, tivemos uma grande festa nesta Casa em homenagem aos municípios que já compram no mínimo 30% para a alimentação escolar dos agricultores. Compareceu um número grande de prefeitos, vice-prefeitos, secretários da Educação, da Agricultura e das mais diversas áreas prestigiando os municípios que estão cumprindo a lei.

Não foi uma simples homenagem, foi também um momento de debate das entidades que fornecem alimentos com o Conselho de Alimentação Escolar, com o governo do estado e com este Parlamento. Na oportunidade, lançamos o desafio de criar um fórum, de criar um espaço de debate entre os municípios que têm boas experiências nessa área, a fim de que fique demonstrado o que isso significa para o desenvolvimento local e para a qualidade dos alimentos consumidos pelos escolares.

Quero cumprimentar todos os municípios, os prefeitos e prefeitas, as lideranças, as entidades que estiveram presentes e que estão no dia a dia trabalhando na perspectiva de melhorar a condição de vida das crianças, dos agricultores e dos municípios.

Parabênizo todas as lideranças que aqui estiveram no dia de ontem recebendo a sua homenagem e mais uma vez agradeço, honrado, a sua presença.

Por último, queremos abordar um assunto que nos preocupou bastante hoje pela manhã. A comissão de Constituição e Justiça aprovou o pedido de urgência na tramitação do projeto de lei que tramita nesta Casa que dispõe sobre a venda das ações da Casan e sobre a PEC que permite vender patrimônio público sem consultar a sociedade catarinense.

O que de fato nos surpreende é que o governador Raimundo Colombo, que após seis meses de governo ainda alega que está conhecendo a situação do governo do estado e que esta semana deu conhecimento que vai fazer um seminário em todas as regiões para discutir a situação, já tomou a iniciativa, na nossa avaliação muito dura, de vender patrimônio público.

Ora, sr. presidente, há pouco mais de um ano os próprios deputados da base do governo ajudaram a aprovar nesta Casa medidas que dificultam a privatização. Contudo, já neste primeiro semestre, deputado Sargento Amauri Soares, aporta nesta casa um projeto do governo justamente no sentido contrário., como v.exa. Será que aquilo que conseguimos aprovar no ano passado foi porque se tratava de ano eleitoral? A visão do estado mínimo, a visão do desmonte do estado brasileiro que esteve em curso em nosso país nos anos 90, quando foram vendidas muitas empresas brasileiras a preço da banana para o capital nacional e multinacional, em nosso estado continua em curso.

Infelizmente, srs. deputados, não vamos ter tempo suficiente para discutir esse projeto com a sociedade. Começou a roncar o trator hoje, pela manhã, mas na terça-feira, de qualquer forma, teremos uma audiência pública sobre o assunto. No entanto, há pouco tempo, uma semana, para mobilizar essa audiência pública, que teria que ser muito bem divulgada uma vez que se trata da venda de patrimônio público. Repito, é muito pouco tempo, pois já no dia 23 o parecer vai à votação na comissão de Constituição e Justiça.

Nosso apelo ao líder do governo, deputado Elizue Mattos, v.exa. que no ano passado contribuiu para aprovar as medidas que dificultam a privatização, é que faça um apelo ao governo, ao governador Raimundo Colombo, para que seja retirado esse projeto que tramita nesta Casa. Se o governador quer inteirar-se da situação do estado, quer conhecer melhor a situação do estado, então deixe essa questão mais para frente, pois é uma imprudência, para dizer o mínimo, vender patrimônio público já no início de governo, nos primeiros seis meses. Não admitimos e vamos lutar com todas as nossas forças para que isso

não ocorra. Vamos agir nos próximos dias para tentar parar esse processo, segurar esse projeto de lei e trabalhar na perspectiva de que os quase R\$ 700 milhões previstos entrar na caixa da Casan sejam conseguidos através de financiamento ou através do PAC, para que não se privatize um patrimônio do povo catarinense.

De qualquer maneira, a pergunta que fica no ar é a seguinte: por que tanta pressa? É por causa do dinheiro que vai entrar na empresa? Há gente cujo olho está crescendo para botar a mão nesse recurso? O que está havendo de fato?

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, pessoas que nos acompanham na sessão desta terça-feira pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

De fato essa questão tratada por último pelo deputado Dirceu Dresch é curiosa, porque aquilo que era unanimidade no ano passado, ou seja, não se poderia mexer nos estatutos da Celesc e da Casan e muito menos falar em privatização sem ouvir esta Casa e sem uma consulta à população, de repente deixou de sê-lo, pois muitos dos deputados mudaram de opinião. Portanto, é uma situação, no mínimo, constrangedora e com certeza não vem com o objetivo de defender os interesses da população no quesito água e saneamento básico. Caso não seja isso, que alguém argumente aqui que no ano passado estávamos todos errados.

Mas quero tratar de outros assuntos e um deles, para não passar em branco na tribuna desta Assembleia Legislativa, são as dificuldades deste ano com relação à safra dos produtores de fumo, arroz, cebola, bem como dos produtores de suínos e aves, além da indústria moveleira, pois vira e mexe esse debate está presente, já que existe uma situação de dificuldade econômica para vender esses produtos a um preço que compense a sua produção. Sendo assim, faz-se necessário falar da crise da economia mundial, pois ela afeta diretamente o produtor de Santa Catarina, o trabalhador do estado de Santa Catarina e o conjunto da sociedade.

Quando falamos em crise, estamos falando dos problemas vividos pelos próprios trabalhadores e por nós mesmos, em nosso estado, onde vivemos momentos mais serenos e momentos mais agudos. E os últimos dias têm sido de susto, especialmente para os especuladores, para os investidores na bolsa de valores. Começa a cair lá no país do sol nascente, já no segundo dia consecutivo, e termina caindo também aqui no sol poente. Ou seja, começa no Japão, dá volta ao mundo e termina no Chile a crise econômica e a queda das bolsas, por conta de uma avaliação pessimista da capacidade de pagamento da dívida americana.

Há 20 anos tenho lido e ouvido economistas e sociólogos dizendo que a dívida dos Estados Unidos é impagável, que fica cada vez maior. E a China é o maior comprador dos papéis dos Estados Unidos. Daqui a uns dias, deputada Luciane Carminatti, o tamanho da dívida dos Estados Unidos vai ser o tamanho do seu PIB. E a maioria dos papéis está na mão dos chineses, que sabem que não dá para cobrar, pois a dívida é impagável. Há uma bolha em forma de papéis que vai amontoando e crescendo, que não tem lastro na economia

real e o país emissor, os Estados Unidos, não tem como pagar. Aliás, temos ajudado a pagar a dívida deles faz tempo. Nós, os países subdesenvolvidos - e isso agora virou moda -, estamos ajudando há décadas e décadas a cobrir o déficit da economia americana e a pagar sua dívida. Uma hora não conseguiremos mais fazê-lo e aí essa bolha toda vai para o espaço.

Vamos falar nos movimentos da Europa, porque nos países árabes já está quase costumeiro. É comum matarem gente na rua. Somente na Líbia é que não pode. Na Síria, que fica ao lado, já pode. E a notícia já não dá mais ibope, as pessoas já não estão nem aí, não dá impacto.

Mas a crise também é econômica e tem afetado os países da Europa. Falou-se do movimento popular na Grécia contra a retirada de direitos, porque para amenizar o problema da crise, não resolver, mas amenizar, cortam-se direitos dos trabalhadores. Na Espanha, a juventude acampa nas praças protestando, mesmo sem bandeiras, sem projetos, sem horizontes, contra a falta de empregos, num país que até poucos anos se vangloriava do seu sucesso. E agora na Inglaterra, cujas manifestações populares, com motivos aparentemente pontuais, secundários, de repente tornam-se movimentos de massas e já estão no quarto dia.

Para mim o hino inglês nunca fez muito sentido, pelo menos o refrão inicial: "Deus salve a rainha". A polícia inglesa, tão famosa, também parece que não está dando conta. Então, o refrão do hino agora parece fazer sentido, mas a crise continua insolúvel, aprofundando-se e provocando catástrofes sociais cada vez maiores.

Falou-se muito em sustentabilidade nos últimos tempos. Em tudo o que se vai fazer, por mais corrosivo que seja para a economia, para a sociedade e para o meio ambiente, coloca-se o adjetivo "sustentável". Mas não existe nada mais insustentável do que a própria economia capitalista, que não pode viver sem as crises corriqueiras.

Evidentemente que precisaríamos de mais de dez minutos para fazer uma análise um pouco melhor sobre essa questão, análise essa que pudesse ser mais compreensível do que a que conseguimos fazer nesses poucos minutos.

Nesse espaço ainda quero falar, porque não está desvinculada da crise dos Estados Unidos, do curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

O chefe do departamento do curso de Economia da UFSC, sr. Armando Lisboa, que busca pousar de democrata, por decisão autocrática resolveu cortar metade das vagas daquele curso da UFSC. Faz tempo que são 180 vagas por ano e agora o departamento resolveu cortar 90, como se os nossos jovens não quissem mais estudar, como se nos últimos anos o próprio departamento de Economia e a maioria dos departamentos, os conselhos de centro e o próprio conselho geral não tivessem aprovado o Reuni, cujo argumento principal era uma política de expansão do ensino superior. Falou-se, inclusive, até com certo ufanismo, das políticas de precarização das condições de trabalho dos servidores técnicos e professores das universidades federais, a fim de aprovar o Reuni.

Agora, o curso de Economia, na contramão do argumento, está cortando metade das vagas. É um absurdo, é inaceitável e com certeza os estudantes universitários e toda a sociedade precisam protestar porque devemos ampliar as universidades públicas

federais e não restringir o ensino cada vez mais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os colegas desta Casa e entrar num tema que foi bastante salientado nos jornais deste final de semana, ou seja, as diárias dos deputados.

Se há alguém que não foge ao debate nesta Casa sou eu, pois encaro com a maior tranquilidade qualquer embate que houver. Digo isso porque saiu nos jornais uma listagem do que todos os deputados gastaram por mês em diárias, o que está no Portal da Transparência de forma muito tranquila.

Nesta Casa cada um tem que assumir o seu papel e os seus atos. Eu respondi ao jornalista que se tiver que fazer as viagens que achar necessárias, que forem do interesse do meu mandato e para as ações políticas que precisar desenvolver, vou fazê-las e vão estar no Portal da Transparência, sem problema algum.

Deputado Aldo Schneider, a nossa região possui 28 municípios - e v.ex.a. também foi citado no jornal. Se você trabalha numa empresa e viaja, recebe diária porque tem despesas. Se você vai a Brasília, você recebe diária. Agora, não trabalhar é sinônimo de não ter diária, parece-me. Ou diária é para trabalhar? Ao menos que haja desvio desses recursos.

Neste fim de semana fui a São Cristóvão, a Santa Cecília, a Fraiburgo, a Monte Carlo e estava previsto passar na volta em Brunópolis, mas não deu tempo. Se eu tivesse colocado na agenda que iria a Brunópolis, onde não fui, pois quando cheguei em Rio do Sul já era quase meia-noite, teriam colocado que não passei naquele município.

Primeiramente, precisamos ter clareza que aquilo que é condição de trabalho deve ser assumido. O telefone, que é uma ferramenta de trabalho, vou continuar usando como custo do meu gabinete. E se depender de mim não será colocado no portal o roteiro que farei.

Fiz um debate claro sobre a questão dos **supersalários** e os excessos que havia nesta Casa. Esta Casa tomou medidas e ainda está tomando!

Agora, como estávamos debatendo, onde fica a base? Eu fiz votos em mais de 120 municípios e todos fazem parte da minha base de trabalho. As diárias emitidas não são todas para Rio do Sul. Lá eu moro. Elas são para os municípios onde fui, coisa que os outros deputados todos fazem. É como a deputada Luciane Carminatti estava dizendo: pautaram-na relacionada à Chapecó. Como ela se desloca daqui para Chapecó, dizem que a diária se refere tão somente àquele município, pois lá é sua base.

Na verdade, a imprensa fica colocando essas coisas como se os deputados que aqui estivessem tirassem diárias para passear. Se um deputado vai a Brasília é porque tem um trabalho a desenvolver naquela cidade.

Quero dizer a todos que amanhã, na reunião da Mesa Diretora, vou defender que cada deputado, responsabilmente, assumo o seu papel. Além disso, não vou fazer relatório algum informando os postos de gasolina em que vou parar, as cidades em que vou estar porque sou muito transparente nos meus atos

e daqui a pouco vou ter que ter uma secretária somente para atender ao Portal da Transparência.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado, com Portal da Transparência ou sem, minha conduta não mudou nada, pois continuo fazendo aquilo que sempre fiz, ou seja, trabalhar muito. Eu não paro, viajo todo o tempo, mesmo porque a minha região é geograficamente muito grande.

Hoje li nos jornais que vamos fazer relatórios. Preocupo-me com isso, pois na semana passada saí para ir a Rio Rufino e acabei ficando em Bom Retiro durante uma tarde toda. Então, se fosse para fazer um relatório, ele acabaria sendo mentiroso e aí, sim, estaríamos dando um tiro no pé.

Então, vou continuar tirando as diárias a que tenho direito porque não estou roubando, não estou fazendo nada ilegal. Repito, deputado, com ou sem Portal da Transparência vou continuar fazendo o que sempre fiz. Além disso, todos sabem onde estamos, as pessoas nos veem nos municípios.

Preocupa-me muito essa situação, porque parece que daqui a pouco todos nós teremos mesada, como se fôssemos alunos do ensino fundamental, que têm que dar satisfações para todo mundo.

Deputado, não vou fazer relatório informando os postos de gasolina por que passei, os restaurantes onde comi, as pessoas a quem visitei. Vou continuar, reitero, a fazer o que fazia antes do Portal Transparência, vou continuar trabalhando da mesma maneira, mas dentro da legalidade como sempre fiz.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Deputado Jailson Lima, concordo com suas colocações e solidarizo-me com o deputado Elizeu Mattos e com os demais parlamentares.

Em primeiro lugar, a concessão de diária é um ato legal. Estou aqui há seis meses, período no qual descobri as ferramentas que o deputado tem direito para realizar o seu trabalho. Em segundo lugar, estar estampado ou não na imprensa catarinense, para mim não há problema algum porque tudo que faço é de forma transparente e dentro da legalidade. Preocupar-me-ia se, de fato, estivesse cometendo qualquer irregularidade. Em terceiro lugar, conforme o Portal da Transparência, há deputados que receberam muito mais diárias do que eu, como o deputado Mauro de Nadal.

Entendemos que a imprensa tenha que desempenhar o seu papel de informar, de fiscalizar, mas quero deixar registrado nos anais desta Casa que vou continuar fazendo exatamente aquilo que o meu mandato me proporciona, ou seja, utilizar as ferramentas legais que a Alesc disponibiliza para atender às nossas bases diuturna e indistintamente.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Srs. deputados, muitas vezes a imprensa coloca essa questão numericamente, mas não diz o trabalho que foi executado.

O deputado Aldo Schneider acabou de citar o deputado Mauro de Nadal, que é do PMDB, nem é do meu partido. Mas a verdade é que s.exa. é presidente do Fórum Parlamentar dos Pequenos Hospitais e sexta-feira houve uma audiência na região do alto vale, que é a

minha região, na cidade de Ituporanga, e o deputado Mauro de Nadal, estava coordenando. Então, para o deputado Mauro de Nadal se locomover até Ituporanga e coordenar o fórum ele precisa usar diárias. Naquela região está-se fazendo um diagnóstico, e relatei, parafraseando o ex-presidente Lula, que nunca antes na história desta Assembleia Legislativa se fez um trabalho tão profundo de análise da situação dos hospitais de Santa Catarina.

Entretanto, a imprensa colocou o deputado Mauro de Nadal como uma das figuras que tirou um grande contingente de diárias, mas não disse o trabalho que ele realizou nesse período. Quem li essa notícia muitas vezes não têm a compreensão como isso acontece na realidade. Estiveram presentes naquela significativa reunião este deputado, o deputado Aldo Schneider, o deputado Jorge Teixeira, o deputado Volnei Morastoni, juntamente com prefeitos.

Então, não é a diária que mede o trabalho de um deputado, não é valor numérico que representa isso, e não vou fazer relatório apontando o posto de gasolina pelo qual vou passar. Tenho responsabilidade sobre meus atos, como tenho demonstrado nesta Casa, e vou continuar fazendo as ações da forma que devo fazer.

Tenho feito todos os debates e embates importantes e não tenho o menor problema de fazer este embate também, porque já sou um jovem ancião, já fui prefeito de uma cidade, sei o quanto representa a responsabilidade de estar aqui representando os catarinenses.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito Norberto Gonzotti e presidente da Câmara Municipal de Palmitos, vereador Gelson de Lazari. Registro também a presença do prefeito Rudimar Francisco Guth e do vereador e secretário da Administração de Tigrinhos, Sidinei Bernardes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com muita honra este Parlamento recebe as autoridades citadas e sempre estará com as portas abertas para aquilo que for prerrogativa dos parlamentares que compõem esta Casa. Sintam-se à vontade.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dado Cherem, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, boa-tarde, sras. deputadas, srs. deputados, telespectador da TVAL, assomo à tribuna na tarde de hoje para tratar de temas que considero importantes, principalmente para a região do vale do rio Tijucas, região que compreende os municípios de Tijucas, Canelinha, São João Batista e Nova Trento.

Estivemos, no dia 27 de junho, presentes em uma audiência pública no município de Tijucas, a convite do vereador Adalto Gomes, do Partido dos Trabalhadores, juntamente com o deputado Volnei Morastoni, para discutir a questão da violência no trânsito na SC-411, considerada, proporcionalmente, a rodovia mais perigosa do nosso estado. Uma rodovia que começa praticamente no município

de Gaspar, passa também no município de Penha e faz a ligação dos municípios de Tijucas e de Nova Trento, adentrando a cidade de Brusque.

Realmente, o que nos foi relatado lá trouxe muita preocupação. Ocorreram 23 óbitos em 2010, além de pessoas com sequelas físicas e mentais devido aos acidentes na região. Foi relatado que o movimento na rodovia se tornou mais intenso, srs. deputados e sras. deputadas, com a exploração do turismo religioso no município de Nova Trento, com a explosão do polo calçadista feminino de São João Batista e por ser uma estrada que corta o município de Canelinha ao meio. Além disso, muitas vezes é usada pelos moradores de Brusque e também pelos turistas que não querem pegar a BR-101 devido ao trânsito.

Imediatamente, fomos atrás do secretário de Infraestrutura, o nosso querido amigo, deputado Valdir Cobalchini, que foi gentilmente conosco à reunião que ocorreu no município de Tijucas, onde ficaram acertadas, por parte daquela secretaria e do Deinfra, as obras mais singelas, as obras de trânsito relativas às placas e lombadas eletrônicas. Com certeza, caberia à Infraestrutura fazer o que fosse necessário para melhorar o trânsito naquela região e também para revitalizar a sua malha viária.

Eventualmente, uma obra de maior porte seria colocada em análise e estudo pelo Deinfra para que fosse viabilizada em médio prazo. Ficamos felizes, mas não totalmente satisfeitos porque também havia um pedido no sentido de construir um posto da PRE no município de Canelinha, para fazer os atendimentos, porque a presença policial já inibe o motorista irresponsável no trânsito, e também aumentar a segurança naquela região.

Estivemos também na semana passada, juntamente com o deputado Volnei Morastoni e com o vice-governador dr. Eduardo Pinho Moreira, na região. Para a nossa alegria - e não seria diferente pela responsabilidade que cabe ao governo do estado -, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira se tornou parceiro do nosso projeto e já determinou que, na medida do possível, fosse sendo construído o posto da Polícia Rodoviária Estadual. Os prefeitos vão colaborar na doação do terreno para construir aquela unidade da PRE. Ao mesmo tempo, determinou o mais difícil, que é o efetivo àquela região.

Arrumamos no dr. Eduardo Pinho Moreira um parceiro de primeira ordem. E quero aqui, em nome da nossa representação parlamentar do vale do rio Tijucas, agradecer ao governo do estado por tão importante obra àquela região.

Assomo à tribuna também na tarde de hoje, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, para falar de um projeto de lei, de nossa autoria, cuja ideia partiu do governador Geraldo Alckmin, de São Paulo, a respeito do disciplinamento do uso e consumo de bebidas alcoólicas nos bares e restaurantes, que acontece de forma irresponsável muitas vezes. Os donos de estabelecimentos não observam a legislação estadual que já existe neste estado.

Para se ter uma ideia, a cada ano de atraso no início do consumo de bebida alcoólica por um adolescente fica 14% menor o risco de se tornar dependente da bebida. Então, vejam como é importante um adolescente ter uma boa informação. É necessário retardar o quanto mais o uso de bebidas alcoólicas pelos adolescentes. Hoje é muito fácil um adulto chegar com um menor de idade a um restaurante, pedir uma bebida alcoólica, consumir com ele e nada acontecer.

Não quero tirar a liberdade de ninguém, quero provocar o debate, quero provocar a discussão, porque se existe hoje uma droga que realmente mata e sequele socialmente as famílias é o álcool, uma droga lícita e vendida em tudo quanto é lugar, de uma maneira irresponsável, mutilando, além da dor, da perda de um ente querido, socialmente famílias, fazendo com que muitas vezes o trabalhador, um pai de família ou sequelado fisicamente não possa mais ter condições de trabalho ou não possa mais sustentar a sua família.

Sei que é um tema polêmico, sei da dificuldade que vamos encontrar, mas temos que provocar o debate responsável. Àquele comerciante responsável, que obedece à lei, nada vai acontecer. Mas aquele comerciante irresponsável, que incentiva, que não está nem aí para as mazelas do consumo de bebidas alcoólicas, com certeza vai sentir no bolso e, quem sabe até, no seu estabelecimento comercial de uma forma mais rude, mais severa a lei vigente.

Faço isso baseado em estudos científicos, faço isso baseado no que o governador Geraldo Alckmin fez no estado de São Paulo, que é motivo de várias reportagens de órgãos da imprensa nacional que debateram esse assunto. Inclusive, esse tema foi baseado em estudos de psiquiatras, de professores, de neurologistas, enfim, de profissionais clínicos.

Quero também, de uma maneira muito feliz, juntamente com os deputados do PSDB, comunicar aos srs. deputados e deputadas desta Casa que hoje foi oficializada, no gabinete da liderança do PSDB, a vinda do vice-prefeito de Florianópolis, João Batista Nunes, para o nosso partido.

Foi oficializada, na presença do presidente do PSDB de Florianópolis, dr. Walter da Luz, na presença do deputado licenciado Marcos Vieira e na presença dos demais deputados, a vinda do vice-prefeito de Florianópolis ao nosso partido. Então, teremos, sim, candidato à prefeitura de Florianópolis, como ficou decidido hoje, sendo colocado isso de uma maneira muito transparente pelo diretório do PSDB local.

A sua filiação ocorrerá no dia 29 de agosto, uma segunda-feira, no município de Florianópolis. Por isso queremos dar as boas-vindas ao vice-prefeito do nosso partido, que é uma liderança política com uma identificação muito grande com a capital e, como ele mesmo diz, um manezinho que com certeza participará ativamente mais forte da vida política do município.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PT.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e pessoas que nos acompanham neste plenário, estava inscrito para falar, no horário do PT, o deputado Volnei Morastoni, mas como ele não pôde chegar a tempo, vou substituí-lo neste momento.

É com muita alegria que trago algumas informações noticiadas pela imprensa sobre o que vem ocorrendo, em nível nacional, nos últimos dias, a respeito do momento que o Brasil vive. Um momento muito importante de continuidade da política que o ex-presidente

Lula implantou neste país, mas que somos obrigados a conviver com os grandes impactos da crise internacional, com as bolsas despencando, com países em recessão. Hoje, inclusive, pela manhã ouvimos o ministro Guido Mantega falando sobre a estratégia do governo brasileiro para enfrentar esse momento de crise.

O ministro avalia que os impactos da crise internacional são inevitáveis em nosso país, mas, como disse o então presidente Lula na crise internacional de 2008, não impactará tanto o Brasil como impactará outros países. Por quê? Porque o nosso país adotou algumas políticas importantes que foram determinantes naquele momento de crise.

Isso se deu a partir de uma estratégia que o então presidente Lula adotou no país no sentido de fortalecer o estado brasileiro. Primeiramente, fortaleceu as empresas públicas, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Petrobras, depois continuou investindo, principalmente a Petrobras, em infraestrutura, e não reteve o investimento para continuar gerando emprego e renda. E nada melhor como exemplo do que a construção civil, seja através da habitação popular ou mesmo da classe média.

Isso deu uma condição diferenciada ao Brasil para continuar crescendo, continuar desenvolvendo-se, sofrendo menos impacto com a crise internacional.

A segunda grande estratégia foi a de investir em política social, em política de transferência de renda, dando oportunidade ao povo pobre de consumir a produção das nossas indústrias e da nossa agricultura.

Já a terceira grande estratégia foi valorizar o salário, dando condições ao povo brasileiro, aos trabalhadores brasileiros, aos assalariados, de continuar comprando. Muito ao contrário do que se pregava antes em tempos de crise, quando o estado brasileiro refreava o investimento, baixava o salário do trabalhador, fazendo com que a economia desse marcha à ré, como se diz na gíria.

É nesta perspectiva que o Brasil vem avançando, no sentido de continuar melhorando a renda dos trabalhadores brasileiros. E a presidente Dilma Rousseff vai incrementando a política de combate à fome, dando condições ao povo de se alimentar, consumir, mexendo, assim, na nossa agricultura. E estão aqui os prefeitos de Palmitos e de Tigrinhos, que são municípios formados por pequenas propriedades, cujos prefeitos não me deixam mentir.

Então, essa estratégia que o governo brasileiro adotou não foi por acaso. Fala-se por aí que o Plano Real é que gerou isso. Não é verdade! O que gerou isso tudo foi uma estratégia de desenvolvimento do governo do presidente Lula de não reter o investimento, não diminuir as políticas sociais. Pelo contrário! A tese que o ex-presidente Lula adotou e que a presidente Dilma Rousseff está adotando é justamente a de continuar investindo, porque o dinheiro vai gerando - o nosso país é capitalista, deputado Sílvio Dreveck - novos recursos, empregos e desenvolvimento.

Então, essa estratégia tem dado condições para o Brasil competir, como também para manter sua economia crescendo e para desenvolver-se, gerando emprego e não desemprego, como em outros países. Os Estados Unidos estão com uma taxa de desemprego em torno de 20%, sendo que o Brasil tem um dos menores índices de desemprego de sua história, ou seja, 6%.

O Brasil está vivendo um momento de otimismo bastante importante, com a política

acertada da presidenta Dilma Rousseff de continuar nessa estratégia de não deixar que a crise internacional derrube o nosso país. É claro, como dizia hoje o ministro da Fazenda, que é difícil o país escapar por causa da economia globalizada e não sofrer com os impactos. Mas já na semana passada o governo anunciou um conjunto de medidas destinadas a socorrer alguns setores da economia, principalmente aqueles que estão sofrendo os impactos da crise internacional e da desvalorização do dólar.

Foi realizado também, na última sexta-feira, o encontro do diretório nacional do PT, no Rio de Janeiro, ocasião em que se debateu o momento que o país vive. Um dos grandes temas elencados pelo nosso partido como prioritário nesse próximo período é o fortalecimento da economia, adotando estratégias internas para combater a crise internacional. E uma dessas estratégias é a reforma política, grande bandeira do PT para moralizar a política brasileira, mudar o seu rumo e fortalecer ainda mais os partidos políticos. Enfim, devemos fortalecer de fato a democracia em nosso país e essa é uma das estratégias que o partido adota com muita firmeza.

O Partido dos Trabalhadores tem uma grande liderança, um grande relator da reforma política do país, que é o deputado federal Henrique Fontana, do Rio Grande do Sul, que vem construindo, através da composição do seu relatório, um grande projeto acordado com os diversos partidos do país.

A sociedade clama por uma mudança na lógica política do Brasil; a sociedade quer, com certeza, um país mais democrático, um país que combata a corrupção geral e mais especificamente a corrupção eleitoral.

Infelizmente, nos últimos dias, temos visto grandes problemas em vários ministérios. Tivemos informações de que no ministério da Agricultura e em outros ministérios grandes empreiteiras financiadores de campanhas políticas no país acabaram influenciando muito as lideranças políticas. Por isso o partido está fazendo um trabalho para acabar com o financiamento privado das campanhas eleitorais, a fim de que elas sejam feitas com financiamento público, sendo que se houver financiamento privado, ele seja feito através dos partidos políticos e não diretamente aos candidatos.

Assim sendo, esperamos que o Congresso Nacional olhe de fato para o povo brasileiro, para os partidos políticos e consiga fazer uma reforma política digna do momento que vive a nossa economia, pois o Brasil tem capacidade para se desenvolver muito mais nos próximos anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Não havendo deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao espaço reservado ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e pessoas presentes neste plenário, quero registrar a audiência pública realizada na noite de ontem, na cidade de Corupá, pela Câmara Municipal,

que contou com a presença de todos os vereadores, do vice-prefeito, das autoridades representando a Polícia Militar e a Polícia Civil, assim como de várias lideranças comunitárias, sociais, empresariais e políticas daquele município, inclusive dos municípios vizinhos.

A população de Corupá está espantada com o alto índice de violência, pois a criminalidade tem crescido também naquele município, aliás, isso é comum nas cidades de Santa Catarina, inclusive nas cidades do interior, nas cidades de pequeno porte, onde até recentemente não existia esse problema.

Foi retirado um conjunto de demandas que encaminharemos ao secretário da Segurança, César Grubba, ao qual estamos encaminhando expediente, pedindo que seja realizada uma audiência pública pela comissão de Segurança Pública desta Casa, em nome da Câmara Municipal de Corupá, para debater esse tema. Há problema de falta de efetivo, como é comum em todas as cidades de Santa Catarina, há falta de estrutura, de instalação de câmeras de vigilância, principalmente no centro das cidades, enfim, são demandas que a comunidade e as autoridades municipais apresentaram.

Quero registrar também a falta de confiança e de respeito por parte das autoridades com os servidores do sistema de segurança, principalmente da Polícia Militar. Uma situação específica daquela região é a iniciativa recente de instalar equipamento de escuta nas viaturas da Polícia Militar, somente nas viaturas de serviço operacional, nas outras não! Nem nas salas de expediente do quartel. Instalar na viatura do serviço operacional câmera e equipamento de escuta, de forma que tenha alguém sempre ouvindo, deputado Reno Caramori, o que um policial fala com o seu colega dentro da viatura, não concordamos.

Consideramos que o equipamento de segurança é necessário, no entanto, trabalhar 12 horas sem poder conversar nada com o seu colega de trabalho a respeito da vida, das relações familiares, das questões pessoais é, com certeza, um suplício que vai muito além da possibilidade do estado de direito. A intimidade desses profissionais está sendo atingida e atacada por esse procedimento e com certeza existem muitas outras coisas necessárias para melhorar a segurança pública antes de atitudes como essa, que parece coisa de um processo kafkiano.

Não se pode mais nem pensar que o chefe está ouvindo. Se essa é a confiança que o comando tem no seu efetivo, de fato a segurança pública está mal e o bom policial, e a maioria o é, senão a totalidade, com certeza ele passa a perceber que o seu comandante não tem confiança. E isso ajuda a jogar para baixo a segurança pública do estado de Santa Catarina. Como, aliás, os baixos salários, o travamento da carreira, os regulamentos draconianos existentes ainda no século XXI.

Um policial militar, um soldado, fez um estudo sobre o último concurso - e não tenho tempo para falar dele - e verificou que não se conseguiu preencher as vagas que o governo autorizou contratar. Está faltando interesse para entrar na Polícia Militar. E quem pode sair, está saindo, e isso é muito grave. É preciso que se reverta, que se mude isso rapidamente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até nove minutos, nosso representante da terra do arroz.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Reno Caramori, que preside esta sessão, em seu nome cumprimento todos os deputados.

Quero, na tarde de hoje, discorrer sobre o 9º Congresso Catarinense de Municípios, que reuniu mais de 1.200 pessoas entre prefeitos, vereadores e lideranças durante dois dias na capital, para deliberar sobre uma série de assuntos de importância para os municípios catarinenses, destacando a questão do saneamento básico, da acessibilidade nas nossas cidades, bem como questões de saúde e educação, que são políticas de estado, muitas delas executadas pelas prefeituras municipais.

No congresso tivemos a prestigiosa presença do governador Raimundo Colombo que, além de debater e interagir com os prefeitos e com a diretoria da Fecam, presidida pelo prefeito Antônio Coelho Lopes Júnior, lançou o Programa de Mutirão de Cirurgias, juntamente com todos os prefeitos, através do qual serão realizadas mais de 22 mil cirurgias eletivas, concentrando nas áreas de oftalmologia, otorrinolaringologia, cirurgia-geral e ortopedia.

O governador também resgatou um compromisso. Quando fomos presidente da Fecam, em 2007, entramos com uma ação contra o governo do estado pedindo que devolvesse aos municípios a parcela que lhes compete com relação ao Prodec, programa de incentivo às empresas que retirava dinheiro das prefeituras. A Fecam ganhou a ação e somente agora, com o governador Raimundo Colombo, foi assinado e estará chegando a esta Casa nos próximos dias um projeto de lei em que o governo do estado admite o erro e devolve, durante os próximos três anos, em torno de R\$ 12 milhões mensais, deputado Neodi Saretta, para os municípios catarinenses.

Tivemos também a presença do secretário da Educação, Marco Tebaldi, e do ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Rodolfo Pinto da Luz, que fizeram um grande debate a respeito da educação catarinense e da educação do nosso país.

Contamos também com a presença do secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, debatendo com os prefeitos uma série de pleitos dos municípios com relação à saúde, entre elas a verdadeira descentralização dos serviços de saúde.

O que os prefeitos querem? Que sejam reativados OS hospitais regionais e construídas policlínicas pelo interior do estado para evitar que os municípios tenham que custear despesas de doentes que percorrem, às vezes, 200, 300, 500, 600km para vir até a capital. A verdadeira descentralização consiste em construir unidades de saúde pelo interior do estado, aí, sim, diminuindo o custo das prefeituras, aumentando o conforto dos pacientes e melhorando a qualidade do atendimento.

Este foi um dos pleitos que os prefeitos deixaram para o governo do estado, para os próximos anos: a construção de policlínicas com especialidades pelo estado afora, em toda a rede de municípios, no sentido de resolver essa situação.

Na oportunidade também tivemos o prestígio de ter a presença da ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, catarinense que é, debatendo com os prefeitos uma série de assuntos que dizem respeito à interface entre o município e o estado. Um

deles diz respeito à regulamentação da Emenda Constitucional n. 29.

Vejam, srs. deputados, que esse já é um pleito antigo. Passei oito anos como prefeito reivindicando e ainda não saiu do papel o Projeto de Lei n. 3.006. Ele está desde 2008 no Congresso Nacional e ainda não foi votado.

Por isso, foi feito um apelo para que seja votado esse projeto que vai fazer com que o governo federal coloque 10% da sua receita corrente líquida na Saúde, assim como fazem os municípios e os estados. Inclusive, em 2010 o governo federal gastou apenas 4% do seu Orçamento na Saúde. Se passasse a alocar 10%, com certeza poderíamos reajustar a tabela do SUS, renumerar melhor os hospitais, pagar melhor os profissionais da saúde e atender melhor à população. Esse é um pleito que não pode ser apenas dos prefeitos, tem que ser de toda a sociedade catarinense e de todo o Brasil.

Foi levantada também a questão do pacto federativo. É preciso repensar a distribuição dos recursos e fazer com que eles cheguem até os municípios.

Nos últimos dias temos visto notícias de corrupção e de prisões em Brasília. Por que está acontecendo isso? Porque há muito dinheiro apenas num lugar. Se esse dinheiro ficar à disposição dos municípios ou dos estados, assim como acontece na maioria dos países mais desenvolvidos, hoje já haveria diminuído muito a corrupção no país. Eu vejo que o pacto federativo é uma das soluções para essa questão.

A Fecam e a CNM questionam também e lutam com relação ao veto da Presidência da República com relação aos *royalties* do petróleo. Sabemos que o petróleo do pré-sal não está na base de nenhum município e não é justo que esse dinheiro vá apenas para poucas cidades enquanto a maioria fique a ver navios.

Então, quero pedir o apoio do Plenário para que seja feito um documento pedindo ao governo federal que distribua os *royalties* do petróleo de maneira justa, através do FPM e do FPE, para todos os estados e municípios brasileiros. Não é justo que apenas um município no país receba mais de R\$ 1 bilhão em *royalties* por ano, enquanto os demais municípios não recebam nada. Vamos ser justos e distribuir esses recursos de forma equânime para que o povo possa ser atendido.

Somente em Santa Catarina, se implantada a nova proposta que está no Congresso Nacional, os municípios vão deixar de receber R\$ 55 milhões; receberão R\$ 283 milhões distribuídos pelos 293 municípios catarinenses. É dinheiro novo que entrará para ajudar as administrações municipais. Portanto, é um pleito que merece o apoio e o aplauso de todos nós. O próprio estado de Santa Catarina, que hoje recebe pouco mais de R\$ 2 milhões por ano, com a nova proposta poderá receber cerca de R\$ 85 milhões a mais por ano com os *royalties* do petróleo.

Vejam, se está na plataforma continental, se está no oceano, não tem dono, não é de nenhum município! E é justo que todo o país possa usufruir do benefício dos *royalties* do petróleo.

Foi, sem dúvida, mais um grande congresso liderado pela Fecam e por todas as associações de municípios, com uma pauta muito rica. Eu, obviamente, elenquei apenas algumas das bandeiras dos municípios catarinenses, que vão fazer parte também da Confederação Nacional dos Municípios, no sentido de fortalecer as nossas prefeituras, os nossos municípios.

Entendo, sr. presidente, que a única maneira de levar qualidade de vida e de melhorar a infraestrutura urbana é, sem dúvida nenhuma, colocando mais dinheiro e fortalecendo os nossos municípios. Não existe política pública que seja feita sem passar pelas prefeituras e pelos municípios catarinenses.

Por isso, a importância desse congresso e a importância também de que esta Casa adote uma postura mais municipalista, defendendo os interesses das cidades catarinenses, pois com isso estaremos, sim, levando qualidade de vida a todo povo catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Minhas saudações ao sr. presidente, aos srs. deputados, às sras. deputadas, aos telespectadores da TVAL e aos ouvintes da Rádio AleSc Digital.

Saúdo, com grande satisfação, o meu amigo e prefeito do município de Major Vieira, Israel Kiem, que se encontra aqui presente.

Sr. presidente, desejo rapidamente fazer menção a alguns assuntos que julgo ser de fundamental importância para todos nós.

Em primeiro lugar, quero falar rapidamente dos seminários, sr. presidente, que o governador Raimundo Colombo vem realizando no interior de Santa Catarina com o objetivo de proporcionar a interação do Executivo com as forças vivas da nossa comunidade.

Sr. presidente, participei de um seminário realizado em Mafra, na última sexta-feira, e do momento em que o governador visitou o hospital do município, acompanhado dos deputados Sílvio Dreveck, Antônio Aguiar, Kennedy Nunes e deste deputado, e também com a presença marcante do secretário de Desenvolvimento Regional, Wellington Bielecki, que tem feito um grande trabalho no planalto nesse início de governo.

A liberação de recursos foi possível, deputado Mauro de Nadal, através do projeto Revigorar que esta Casa aprovou. Eles foram consignados numa conta especial, como valor adicional, e deverão ser investidos especificamente na Saúde. Vamos colocar no caixa do governo mais de R\$ 100 milhões.

Sr. presidente, à noite, o governador se reuniu com lideranças comunitárias e políticas da região de Mafra e com a imprensa para expor sua proposta e o início da gestão de um governo que se utilizou dos primeiros meses para conhecer o governo, para localizar o governo, para economizar e agora vai começar a firmar convênios com todas as prefeituras de Santa Catarina.

Um bom número de secretários fez uma exposição das suas ações na região, liderados pelo secretário Felipe Mello, que se tem constituído numa liderança importante, numa revelação jovem dessa gestão.

Resumindo, sr. presidente, o seminário se constituiu num grande sucesso, porque o governo está, efetivamente, interagindo com a comunidade catarinense. É um governo diferente, democrático, transparente, que se propõe, efetivamente, a voltar as suas ações para toda Santa Catarina, mas essencialmente para as pessoas em primeiro lugar.

Sr. presidente, também desejo fazer menção a um assunto importante para Santa Catarina. No ano passado, deputado Edison Andriano, o Parlamento catarinense foi palco de um grande debate a respeito das lotéricas do nosso estado.

Foi aprovado, no meu entendimento despercebidamente, um projeto de lei no início do ano e, ato contínuo, esta Casa, através da sua maioria absoluta, aprovou um projeto de minha autoria retirando, sr. presidente, a exigência da vigilância pessoal nas lotéricas que operam com até quatro máquinas financeiras em toda Santa Catarina. Nas que operam com um número acima de quatro máquinas financeiras, mantivemos a exigência de vigilância pessoal. Com até quatro, fizemos constar do projeto e foi aprovado, a exigência, deputado Maurício Eskudlark, de vigilância eletrônica, com câmeras de monitoramento e outros mecanismos eletrônicos, para dar proteção à lotérica e, sobretudo, aos catarinenses que se utilizam dos seus trabalhos, muitas vezes nos longínquos municípios de Santa Catarina, muitas vezes nos bairros carentes, sempre fazendo aquele trabalho que os bancos não gostam de fazer e que não fazem para a população carente do nosso estado.

Muito bem! Têm surgido alguns questionamentos a respeito da atitude deste Parlamento. Queremos dizer, sr. presidente, que concordamos que haja vigilância pessoal nas lotéricas, mas não concordamos que ela seja bancada, paga, pelos donos das lotéricas, porque, segundo a Caixa Econômica Federal, deputado Edison Andriano, o lucro líquido da lotéricas, em média, no Brasil, é em torno de R\$ 3 mil. Ora, a contratação de dois vigilantes, em dois turnos, dará um gasto de, aproximadamente, R\$ 4 mil. Assim, estaríamos provocando o fechamento de grande parte das lotéricas no estado de Santa Catarina, o que seria uma catástrofe, principalmente para a população carente de Santa Catarina.

Portanto, sr. presidente, apresentei nesta Casa uma moção que deverá ser votada ainda na sessão de hoje, propondo que a Câmara Federal agilize a votação do Projeto de Lei n. 4.280, de autoria do deputado Beto Mansur, que tramita desde 2008. Conforme o projeto, a vigilância pessoal é exigida, mas os seus custos deverão ser bancados pela Caixa Econômica Federal.

Deputado José Milton Scheffer, nada mais justo, pois estaremos protegendo as lotéricas, garantindo a manutenção desses estabelecimentos que têm um grande viés social neste estado e dando segurança pessoal para as pessoas que utilizam os seus serviços.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado, acho que a segurança armada nas lotéricas criará um clima de confronto, um clima de insegurança para o cidadão. Sou favorável à utilização do sistema de monitoramento, especialmente o público, proporcionado pelo estado e pelas prefeituras. Mas a colocação de vigilantes, de seguranças armados, nas lotéricas onde transitam aposentados e senhoras fazendo pequenos pagamentos realmente vai criar um ambiente de insegurança na população.

Então, entendo que devem ser adotadas medidas de segurança, mas não a segurança particular armada e bancada pelas agências bancárias ou pelas próprias empresas.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, antes de encerrar as minhas palavras, quero dizer dos resultados de uma comissão que compusemos em Joinville, formada pelo prefeito Carlito Merss, pelo presidente da OAB, dr. Miguel Teixeira, pelo vereador Odir Nunes, presidente da Câmara Municipal, e por este deputado.

Estivemos em audiência com a diretora do Fórum da Justiça Federal em Porto Alegre para tratar da possibilidade de levarmos uma das três novas varas que estão sendo criadas em Santa Catarina para a maior cidade do estado, que é Joinville. Por quê? Porque dados que temos em mãos nos dão conta de que se formos observar os critérios do Conselho Nacional de Justiça, Joinville merece uma dessas três varas. Contudo, ao contrário daquilo que imaginávamos, ou seja, que o critério técnico do CNJ seria observado, isso não aconteceu e não sabemos os motivos. Quem sabe a Justiça Federal possa dar-nos uma explicação.

Srs. deputados, as três novas varas vão ser instaladas uma em Criciúma, uma em Joaçaba e uma em Florianópolis. Isso é um absurdo, sr. presidente! Florianópolis tem nove varas federais, ao passo que Joinville tem cinco! O desejo da direção do Fórum da Justiça Federal do nosso estado é que trazer uma vara a mais para a capital, que ficaria com dez varas, concentrando todas as forças e recursos aqui.

Isso é um absurdo e não vamos permitir! Queremos e estamos aguardando uma justificativa plausível do diretor do Fórum da Justiça Federal de Santa Catarina. Queremos não a vara de Criciúma nem a de Joaçaba, que são do interior, mas queremos levar a vara de Florianópolis, da capital, para Joinville, que é a maior cidade de Santa Catarina, que precisa e merece.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Com a palavra o próximo orador inscrito deputado Edison Andriano, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, trago nesta tarde alguns assuntos que dizem respeito ao comportamento, à conduta e à posição de alguns partidos políticos desta Casa.

Os professores e funcionários da Universidade Federal de Santa Catarina se encontram em greve há mais de 40 dias e não vi uma manifestação sequer desta Casa, de deputados, principalmente da Oposição, defendendo os servidores e os professores da UFSC. Há mais de 40 dias o restaurante universitário, o setor administrativo e setores de alguns professores estão passando dificuldade.

Creio que os funcionários federais têm os mesmos direitos e as mesmas garantias que os professores e os funcionários públicos estaduais, mas não vejo manifestações dos partidos que durante a greve dos professores estaduais se manifestaram com muita veemência, colocando os professores contra alguns deputados desta Casa.

Creio até que naquele momento muitos professores tinham razão, assim como o governo ficou numa situação complicada até pelo momento de greve. Pensei várias vezes em ocupar a tribuna para levantar uma série de incoerências e contradições do Partido dos Trabalhadores

nesta Casa, no que diz respeito ao quadro nacional. Não o fiz, deputada Ana Paula Lima, porque não adiantaria, não seria ouvido, os professores não me deixariam falar.

Por exemplo, vimos nos jornais de ontem a notícia da greve dos professores e funcionários da Universidade Federal de Santa Catarina e não houve uma manifestação do PT, da CUT, enfim, de ninguém.

O deputado Carlito Meris, com todo o respeito, meu companheiro de luta nesta Casa, deputado estadual e deputado federal, teve os servidores da prefeitura em greve por 40 dias. Sabíamos, escutávamos que os deputados da Oposição tinham uma solução para resolver o impasse, mas não a levamos para o prefeito de Joinville, por quê? Muito pelo contrário, está aqui nos jornais: "Vereador petista ameaçado de expulsão porque apoiou a greve dos servidores municipais de Joinville".

Agora vamos ter outro impasse na Assembleia Legislativa que é a venda de algumas ações da Casan. Acho que a Casan deve ser pública, a Celesc deve ser pública, assim como os hospitais públicos devem ser públicos também, mas a presidente Dilma Rousseff baixou a Medida Provisória n. 520, que autoriza o Poder Executivo a criar empresas públicas, denominadas Empresas Brasileiras de Serviços Hospitalares, terceirizando, privatizando os hospitais. Entretanto, não vi nenhuma manifestação nesta Casa.

Esse é um assunto que diz respeito ao Congresso Nacional, mas temos que ter uma posição, porque o meu partido apoia o governo federal e esse é um assunto que merece um discurso ou um aparte nesta Casa.

Quando vi o ex-ministro Nelson Jobim declarar que votou em José Serra, perguntei-me o que ele estava fazendo no governo da presidente Dilma Rousseff. Também não sei o que ele estava fazendo no governo Lula! Porque um político que participa de um governo tem que estar, assim entendo, comprometido com a política administrativa daquele governo.

Quando fui prefeito de Florianópolis fiz uma eleição para intendente, para setores administrativos e para coordenadorias regionais, particularmente na ilha de Santa Catarina. Um dos intendentes eleitos, o de Santo Antônio de Lisboa, foi o sr. Altino. Quando saí da prefeitura e o novo prefeito assumiu, convidou-o para continuar como intendente porque ele havia sido um bom administrador e a comunidade queria que ele permanecesse. Ele, no entanto, respondeu ao prefeito eleito que não permaneceria no cargo porque não havia votado nele e não pertencia ao seu partido.

Então, para ser coerente, essa era a atitude que Nelson Jobim deveria ter tomado! A herança que o ex-presidente Lula deixou à presidenta Dilma Rousseff é uma coisa triste, seja no ministério dos Transportes, seja no ministério da Agricultura. Eu conheço aquela gente! Fiquei em Brasília por 14 anos e conheço, inclusive, as pessoas do meu partido, que agora ocupam o ministério do Turismo.

Sr. presidente, estou aqui condenando as pessoas que envergonham Brasília, que envergonham o Brasil. Ontem assisti a uma declaração do presidente do PR, que disse o seguinte: "No nosso ministério a Dilma mexeu porque há menos deputados para dar apoio ao governo, mas no PMDB eles não vão mexer porque há muita gente!"

O PT tem que acabar com essa contradição! O que vão fazer com os hospitais privatizados? O governo federal estabeleceu um limite no SUS para atender às pessoas pobres.

Isso foi publicado na *Folha de S.Paulo*. Ou seja, o governo está limitando o atendimento na saúde pública.

V.Exa. está rindo deputada Ana Paula Lima, mas é verdade! O BNDES deveria financiar o pequeno empresariado nacional, mas o Pão de Açúcar queria comprar o Carrefour e o BNDES disponibilizou R\$ 4 bilhões para a operação! Esse é um governo socialista e democrático? Essa é a função do BNDES?

E os aeroportos brasileiros que foram todos privatizados pelo PT? Nesta semana os jornais trouxeram a fotografia da senadora Ideli Salvatti, quando era deputada nesta Casa, manifestando-se contra a privatização da SC-401, a estrada que vai do centro da ilha para o norte, mas até agora não vi nenhuma manifestação sobre o pedágio da BR-101, do trecho que está duplicado e do trecho que não está duplicado, do qual se cobra pedágio também!

Rasgaram a Lei 8.666, a Lei de Licitações, e baixaram a Medida Provisória n. 521 para apressar as obras de infraestrutura para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas. Querem construir aeroportos, ginásios, metrô de superfície etc. sem a obrigatoriedade de se submeter às regras da Lei n. 8.666. Ora, se estamos com esse problema de roubalheira em Brasília, imaginem sem a Lei n. 8.666.

Então, são essas contradições que não consigo entender. Por exemplo, estão pedindo a realização de uma audiência pública para discutir a venda das ações da Casan. É um direito, temos que ver por que o governo quer vendê-las, mas precisamos também ter a mesma conduta em relação ao governo federal.

Acho, particularmente, que o PT tem que privatizar mesmo os aeroportos, porque senão não vai dar conta do recado. Mas há posições tomadas aqui que deveriam ser tomadas lá em Brasília e estou pedindo o apoio do meu partido também para essas questões.

Imaginem se o governador Colombo resolvesse terceirizar a administração dos hospitais públicos de Santa Catarina? Esta Casa viraria um inferno! Mas a presidente Dilma Rousseff baixou uma portaria privatizando a administração dos hospitais públicos! Então, é preciso ser coerente nesta Casa.

O ministério da Educação mandou publicar um livro com uma série de erros de português. Gastaram fortunas nisso, mas não vi ninguém se manifestar sobre isso, a não ser a mídia, os jornalistas, os educadores, os professores etc.

Sr. presidente, acho que o meu partido tem que rever sua posição em Brasília, porque não é possível que tenhamos duas condutas. Não votei em Dilma Rousseff, mas a presidente me surpreendeu no início do seu governo pelas posições defendidas no que diz respeito à política internacional diferenciada do ex-presidente Lula, que falava muito na base de trocadilhos. Mas agora o que vemos é uma série de contradições dentro do PT.

A corrupção impera em Brasília e sou categórico ao afirmar que o governo tem uma participação efetiva e é responsável pelo aumento da corrupção. Votei em Lula nas duas eleições e trabalhei para ele, contra o meu partido, para acabar com a corrupção no Brasil. O Lula foi eleito e a questão ética era fundamental no Brasil. Quando estourou o "mensalão", o governo deveria ter assumido uma postura mais firme para acabar com aquilo, mas nivelou por baixo!

Espero que a presidente Dilma tome uma posição firme tanto nos ministérios do

PMDB, quanto do PT e do PR, como já tomou, mas as coisas estão tomando uma proporção muito grande. Se não houver uma posição firme, creio que esse exemplo que está sendo dado em nível nacional vai-se espalhar para o Brasil inteiro.

Baixar uma medida provisória para acabar com a Lei n. 8.666, a Lei de Licitações, é um mau exemplo para os governadores e para os prefeitos. Quem me garante que um prefeito ou um governador, ao julgar que há urgência na execução de uma obra, não vai fazer o que fez o governo federal? Simplesmente baixar uma medida provisória e extinguir a licitação.

Então, sr. presidente, espero que os partidos de Oposição tenham mais coerência nesta Casa e defendam não apenas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0300/2011, 0320/2011, 0321/2011, 0328/2011, 0329/2011, 0332/2011, 0338/2011, 0344/2011, 0345/2011, 0352/2011, 0353/2011, 0356/2011, 0357/2011, 0361/2011, 0362/2011, 0369/2011, 0377/2011, 0384/2011, 0390/2011, 0393/2011, 0400/2011, 0413/2011 e 0420/2011.

A Presidência comunica também que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0315/2011 e 0340/2011.

Esta Presidência comunica ainda que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0415/2011 e 0423/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0416/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 0417/2011, de autoria da deputada Angela Albino; 0418/2011, de autoria do deputado Daniel Tozzo; 0419/2011, de autoria do deputado Silvío Dreveck; 0420/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0421/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira; 0422/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0424/2011, 0425/2011, 0426/2011 e 0427/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0980/2011, 0981/2011 e 0982/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0983/2011, de autoria do deputado Jailson Lima; 0984/2011, 0985/2011, 0986/2011, 0987/2011, 0988/2011 e 0989/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0991/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0992/2011 e 0993/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0994/2011, 0995/2011 e 0996/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0997/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0999/2011 e 1000/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 0990/2011, de autoria do deputado Daniel Tozzo, que solicita o envio mensagem aos presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça da OAB/SC e da OAB de Chapecó, pedindo a manutenção da Câmara Especial Regional de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0998/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que solicita o envio de mensagem ao superintendente do Banco do Brasil, pedindo a instalação de uma agência/posto no município de Jardinópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0102/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao secretário de Educação, solicitando informações sobre o cronograma de reforma da Escola Estadual Urbana Ruth Lebarbechon, no município de Água Doce.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, neste espaço gostaria de fazer uma reflexão sobre a manifestação do deputado Edison Andriño no horário dos Partidos Políticos. Realmente, esse assunto faz com que cada um repense o papel que os nossos partidos desempenham nos diferentes espaços públicos e políticos. Mas gostaria de, uma maneira muito especial, falar da Lei n. 8.666, de junho de 1993.

Há quase 20 anos essa lei existe e como fui prefeito de 1997 a 2002, quando renunciei para concorrer a um mandato de deputado estadual, quero dizer que é preciso, sim, haver controle dos recursos públicos nos nossos municípios. É preciso que tenhamos esse instrumento para garantir uma maior eficácia na aplicação dos recursos e maior transparência, para que não ocorra malversação dos recursos públicos.

Ao mesmo tempo, acredito que é importante fazer uma reflexão com relação aos valores do limite estabelecido pela própria legislação. Hoje o valor mínimo para não se fazer licitação é de R\$ 8 mil. Ora, quase 20 anos depois da aprovação da Lei de Licitações esse valor tem que ser revisto. Então, acredito que o Congresso Nacional e o próprio governo federal devem pensar a questão dos valores e estabelecer um novo patamar para que se efetue o processo licitatório.

Então, faço coro ao seu pronunciamento, deputado Edison Andriño, porque é preciso manter este mecanismo de controle que é a Lei n. 8.666.

Da mesma forma, com relação à corrupção que anda solta em diferentes espaços públicos, é preciso dar um basta, sim, porque a sociedade não aguenta mais, não suporta mais. Ela paga impostos. É preciso que se ponha um fim em todos os espaços em que

há malversação do recurso público. Se for companheiro nosso, não importa, pois não podemos permitir que isso continue da forma como vem acontecendo na sociedade em que vivemos.

Acho que a nossa presidenta, nesse sentido, é muito energética e tomou uma decisão rápida dando os diferentes encaminhamentos. Por isso o nosso reconhecimento à presidenta Dilma Rousseff, que com certeza fará da mesma forma em todos os espaços em que haja qualquer sinal de corrupção, ou seja, rapidamente tomará as providências necessárias. E é nisso que a sociedade brasileira espera e acredita.

Mas gostaríamos de aproveitar esses quatro minutos restantes para pontuar algumas questões ligadas à minha ida à capital federal, Brasília, onde tivemos audiências em vários ministérios, acompanhando feitos da nossa região. Aos ministérios levamos as diferentes demandas dos nossos municípios junto ao governo federal. Acompanhou-nos sempre a deputada Luci Choinaki, que organizou as diferentes audiências. Estivemos nos seguintes ministérios: das Cidades, da Aquicultura e Pesca, das Relações Institucionais e da Saúde discutindo e debatendo as demandas dos diferentes municípios.

Mas quero colocar para o conhecimento da sociedade o debate que fizemos no ministério da Educação, em torno de uma demanda histórica dos diferentes movimentos sociais, organizações sociais, lideranças políticas, pastorais e sociais da região do oeste e extremo oeste de Santa Catarina.

Levamos para a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e para o ministério da Educação, Fernando Haddad, juntamente com seus assessores, o debate que vem sendo realizado e construído ao longo desse processo histórico que diz respeito à Universidade Federal da Fronteira Sul, cuja sede fica em Chapecó e com duas extensões, uma no Rio Grande do Sul e uma no Paraná.

Além de buscar informações sobre o plano de expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul, de como está organizada e estruturada a sua expansão, procuramos orientações que poderão nortear todo esse debate e essa discussão. Um momento importante onde os ministérios colocaram o suporte e a necessidade de aquela região receber primeira extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Por isso, sr. presidente, a nossa ida foi no sentido de consolidar esse projeto e esse processo tão importante para aquela região. Claro que neste primeiro momento é preciso que se consolide exatamente a Universidade Federal da Fronteira Sul, mas junto com a consolidação dessa universidade, devemos encaminhar todo o processo para que se possa perpetuar e garantir a primeira extensão para o extremo oeste do estado de Santa Catarina.

Em outros momentos voltarei a discutir e a debater...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar todos os srs. deputados presentes e quem está acompanhando esta sessão.

Deputada Ana Paula Lima, temos que comemorar hoje uma grande conquista da greve

do Magistério de 62 dias, pois finalmente saiu o decreto que obriga os estados e os municípios a depositarem os recursos do Fundeb em conta específica. Repito, trata-se de uma vitória da greve do Magistério de Santa Catarina. O decreto diz bem claramente que os recursos deverão ser depositados em conta específica aberta para esse fim em instituições financeiras oficiais federais.

Esse debate tem uma importância muito grande porque fizemos uma grande discussão com relação às auditorias e à fiscalização dos recursos do Fundeb. Durante aqueles 62 dias discutimos muito isso e o nosso governo, deputado Dirceu Dresch, foi ágil, pois a greve terminou no dia 17 de julho e no dia 27 de junho, antes mesmo de a greve ser concluída, houve a publicação desse decreto por parte da presidente Dilma Rousseff, fruto de uma reivindicação do Magistério catarinense.

Muito diferente do que ocorre em Santa Catarina, pois já faz praticamente um mês que a greve acabou, mas ainda não foi divulgado o grupo de trabalho que deverá promover a negociação coletiva sobre o plano de carreira e de cargos do Magistério. Esta foi uma das reivindicações da categoria, a instituição de um grupo de trabalho que começaria a discutir um novo plano de cargos e de carreira para o Magistério. Hoje é dia 9 de agosto e o governo ainda não publicou a composição desse grupo de trabalho. Em função disso, ainda não ocorreu a primeira reunião desse grupo de trabalho, que terá 120 dias para elaborar um novo plano de cargos e carreira com base na Lei n. 11.738.

Portanto, deputado Ismael dos Santos, já perdemos um mês, logo, não serão mais 120 dias, serão 90 dias. Estamos correndo contra o tempo, mas o governo precisa cumprir o que foi acordado com a categoria. Temo que se o governo não apresentar uma nova proposta de plano de cargos e carreira para o Magistério, poderemos mais uma vez ter uma paralisação das atividades.

Então, vejam bem, estou chamando a atenção de que se o governo federal foi ágil e no dia 27 de junho publicou um decreto dizendo que o Fundeb tem que ter conta específica, na contramão, o grupo de trabalho que o governo estadual se comprometeu a formar ainda não aconteceu.

Quero também dizer que, se por um lado ficamos felizes com o anúncio de que o governo deverá, a partir do ano que vem, não mais a terceirizar a merenda escolar, por outro lado é importante dizer que existe uma auditoria em Santa Catarina apurando justamente o que aconteceu durante essa terceirização.

Essa auditoria provavelmente vai confirmar alguns fatos que temos apontado, entre eles o de que não é preciso terceirizar para ter uma merenda escolar de boa qualidade. Exemplo disso tivemos ontem à noite, na Assembleia Legislativa, quando 78% das prefeituras de Santa Catarina foram homenageadas, a pedido do nosso deputado Dirceu Dresch, porque estão cumprindo com a lei que determina que pelo menos 30% da merenda escolar sejam adquiridos da agricultura familiar. Alguns prefeitos informaram que 65% da merenda escolar de seus municípios já são comprados dos agricultores. Houve um prefeito da região do oeste que disse que já atingiu 92% das compras dos agricultores.

Então, a auditoria deve dizer o que já estamos falando. Em primeiro lugar, que dá para ter produtos da alimentação escolar, construindo renda nos municípios, a partir da compra dos agricultores familiares. Em segundo, que o custo da merenda escolar terceirizada é, no mínimo, duas vezes maior do que se for feita pela administração direta. E, em terceiro, que há muitas denúncias pelo Brasil afora contra essas empresas

que estão fornecendo merenda para as escolas estaduais de Santa Catarina e que elas estão sendo investidas em São Paulo.

Por último, quero dizer que o governo do estado de Santa Catarina pode dar uma contribuição ainda maior não apenas dizendo que não vai mais terceirizar e privatizar a partir do ano que vem, mas ajudando este Parlamento, a partir da relação com os deputados da base do governo, no sentido de aprovar o Projeto de Lei n. 0169, de nossa autoria, que proíbe a privatização e a terceirização da merenda escolar. Porque se é verdade que este governo diz que a partir do ano que vem não mais o fará, pergunto: que segurança teremos que nenhum outro governo vai usar a merenda escolar para fazer grandes negócios e mandar dinheiro dos catarinenses para fora do estado de Santa Catarina? Se não aprovarmos essa lei, não teremos nenhuma garantia disso.

Por isso, faço um apelo ao governador Raimundo Colombo, para que ele ajude a aprovar essa lei dizendo: "olha, se eu, que sou governador, quero fazer uma boa ação, com certeza gostaria que essa boa ação continuasse nos governos que me sucederem."

Nesse sentido, faremos dois seminários, um neste Parlamento e outro na cidade de Chapecó, - e o deputado Dirceu Dresch está ajudando no debate - para discutirmos uma política de merenda escolar decente para as escolas estaduais, combinando compra direta dos agricultores, cardápios decentes, concurso público para as merendeiras um menor custo da merenda escolar.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Muito obrigado, deputada, quero parabenizá-la pelo assunto que traz.

O estado alega que precisará organizar uma estrutura para poder executar diretamente a merenda escolar e que não vê como solução para a escola a APP organizar a alimentação. Pode, sim, por quê, não? A terceirização montou uma estrutura e cobrou o dobro do que vinha sendo gasto. Então, o estado pode, sim, organizar a estrutura. Como existe muita gente nas SDRs que muitas vezes não tem o que fazer, o estado pode colocar essas pessoas para cuidar da alimentação escolar, seja por regional ou por município. Isso é perfeitamente possível.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Para finalizar, gostaria de dizer ao deputado Edison Andrino que hoje tivemos uma reunião da bancada com professores dos institutos federais que estão tratando da greve. Realizamos um debate na bancada, deputado Dirceu Dresch, inclusive para encaminhar essa ação junto ao governo. Também poderíamos fazer o mesmo com as universidades federais, se fôssemos procurados, mas não o fomos. Mas coerência também é ter a coragem de, na greve, fazer a defesa dos professores estaduais.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra a próxima oradora, deputada Angela Albino.

(A deputada desiste.)

Com a desistência da deputada Angela Albino, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de registrar a presença do vereador Paulo Roberto Halla, de Curitiba; de José Lóes; do prefeito de Anita Garibaldi, Roberto Marin; do prefeito de Tigrinhos, Rudimar Francisco;

do secretário de Administração, Moacir Borges, meu particular amigo; do prefeito de Palmitos, Norberto Gonzatti; do pastor missionário presidente da Igreja O Senhor é meu Pastor, Miguel Clóvis dos Santos, e do representante da Juventude do PSDB, Tiago Costa, trazendo um tema atinente à preocupação da nossa juventude, que deve ser também dos pais e dos educadores, quanto à qualidade do ensino em nosso país, medida pelo Ideb, que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Temos a boa notícia de que uma escola de Garuva recebeu a maior nota do Ideb do estado, ou seja, 6,9 nas séries iniciais. A diretora da escola comemora, inclusive, com faixas em frente ao colégio.

Que avaliação que a sociedade pode fazer quanto à educação escolar dos seus filhos? Muitas vezes fazemos uma avaliação com base na aparência da escola, pela pintura, pelas instalações, pelo que é oferecido e não efetivamente pela qualidade do ensino. Mas depois encontramos problemas na qualidade do ensino, na aprovação do aluno. Os pais acham que o problema é da escola, do professor. E o professor muitas vezes entende que o problema é do aluno ou da família, conforme alguns artigos que tivemos a oportunidade de ler.

Então, entendo ser muito importante para a educação neste país o acompanhamento dessa média. O Ideb deu nota 4,6 até o 5º ano e nota 4,9 até o 9º ano, deputado Reno Caramori, mas os pais, avaliando a educação dos seus filhos, dão média 8,6.

(Passa a ler.)

"Desde que o governo, em 2007, implantou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que é um indicador da qualidade da educação de toda escola pública brasileira, medido pelo ministério da Educação - MEC - no 5º e 9º anos do ensino fundamental (antigas 4ª e 8ª séries). Sua escala vai de zero a dez, e a 'nota' de cada escola é o resultado do cruzamento de duas variáveis: a aprendizagem dos alunos, medida por um teste chamado Prova Brasil, e a taxa de aprovação da escola.

Apesar de existir desde 2007 e de estar disponível na internet, o Ideb é ainda desconhecido pela maioria da sociedade brasileira. A maioria dos pais dos alunos das escolas públicas não conhece o Ideb da escola de seu filho e costuma acreditar que a qualidade da educação oferecida nela é bem melhor do que realmente é. Apesar de o Ideb médio do Brasil em 2009 ser de 4,6 para o 5º ano e 4,9 para o 9º ano, pesquisa do MEC com pais de alunos mostrou que a nota média que os pais atribuem à qualidade de ensino do filho é de 8,6, na mesma escala de zero a dez. Essa percepção enganosa da qualidade do sistema acarreta uma série de problemas. Gera uma acomodação por parte da sociedade, que não demanda melhorias na qualidade do ensino. Faz com que os pais acreditem que a culpa pelo não aprendizado ou repetência do seu filho é exclusiva da criança, quando em realidade é um problema sistêmico.

Dentre as próprias escolas, o conhecimento do Ideb é muito baixo. Pesquisa recente da Fundação Victor Civita apontou que 47% dos coordenadores pedagógicos brasileiros não conhecem o Ideb da própria escola. É provável que o desconhecimento entre professores seja ainda maior.

O competente sistema de avaliação da educação brasileira, portanto, não está servindo nem para engajar a população em um processo de demanda por melhorias de qualidade, nem para orientar a escola na definição de seus objetivos e métodos".

Sr. presidente, vários critérios são utilizados para essa avaliação, desde a taxa de

rendimento escolar, até a aprovação e as médias dos resultados nos exames. Existe um cálculo para essa avaliação do ensino e entendemos que agora, com a iniciativa da divulgação, conseguir identificar as escolas pelo índice é um fator preponderante para repensarmos a educação.

Não escolheremos uma porque as instalações físicas são boas, porque tem uma boa pintura, porque tem uma boa estrutura, mas pelo seu rendimento saberemos se atinge a média buscada. E o Brasil quer chegar até 2022 à média 6, ou seja, uma média de país já com uma melhor classificação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Recebi a visita de Thiago Costa, da Juventude do PSDB, que me trouxe esse documento no sentido de divulgar, de levar à juventude, aos pais e aos professores essas informações, para que efetivamente façamos uma análise da qualidade do ensino. Às vezes os pais acham que está tudo muito bem quanto ao ensino de seus filhos, mas, na realidade, quando eles são submetidos aos exames, a verdade que se apresenta é bem outra.

Por mais esforço que os professores, os diretores tenham, se não houver uma avaliação sistemática, estaremos enganando a nós mesmos. Os pais acreditando que o filho está aprendendo, o filho acreditando que aquilo é o máximo que ele pode aprender e o professor acreditando naquilo que está repassando.

Quando o problema é verificado, procuram jogar a dificuldade para o outro. O professor diz que é porque o aluno está revoltado, não se concentra, não tem noção de respeito, não quer seguir as normas da escola. E o filho, às vezes, contesta o próprio sistema educacional.

Então, quero registrar a iniciativa dessa juventude em fazer com que efetivamente o Ideb seja levado a sério, como está sendo levado pelo governo, e que seja divulgado, valorizando a educação.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero comunicar que no dia de amanhã estarei acompanhando uma delegação dos agricultores familiares do sul do Brasil numa audiência no ministério da Fazenda, para discutir as dívidas agrícolas, as dívidas dos agricultores.

Então, estarei ausente dos trabalhos desta Casa, mas por uma causa justa, pois trataremos de uma das grandes questões do meio rural brasileiro, que é a dívida agrícola.

Também vou aproveitar para participar de mais audiências a respeito da polêmica sobre a área indígena questionada nos municípios de Saudades e de Cunha Porã, bem como realizarei outras atividades em Brasília.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Sucesso nas suas audiências, deputado, porque são questões importantes e de interesse comum, tenho certeza.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19 horas, em homenagem ao padre Hélio da Cunha.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1799ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1799ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves e Sérgio Augusto Machado. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. Sérgio Augusto Machado o Processo nº 0979/11, de Laercio Braz Ghisi, e aprovado parecer por unanimidade ao Ofício DF nº 155/2011 de 02/08/2011, Interessada: Ibrantina Machado - Diretora Financeira da ALESC "Qual procedimento deve ser tomado com relação aos Autos nº 023.04.689787-1 - Ação: Mandado de Segurança/Lei Especial, Impetrado: Presidente da ALESC, valor 117,71 (cento e dezessete reais e setenta e um centavos) vencimento em 19/08/2011". 2) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade as consultas: Comunicação Interna nº 089/2011 - 08/08/2011, Interessado: Diretor-Geral da ALESC "Ação Cominatória - Autos nº 023.10.014073-7 - Autor: Saulo de Oliveira, Motorista da ALESC - desvio de função" e Ofício CL nº 291/2011 - 09/08/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade e do Contrato, aquisição de cota de participação e de stand na XVI Conferência Estadual dos Advogados do Brasil em Florianópolis nos dias 10, 11, 12 e 13 de agosto de 2011". Continuando, o relator deu conhecimento do parecer exarado ao MEMO nº 0203/2011 de 29/06/2011, Ofício nº 760/2011 de 26/07/2011 - Mandado de Segurança nº 2011.052800-7, Impetrante: Luiz Alberto Seccon e Impetrado: Presidente da ALESC. 3) Relatoria do Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovado parecer por unanimidade a Consulta - Ofício CL nº 288/2011 - 02/08/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão, contratação de empresa especializada em elaboração e apresentação de programas de televisão". 4) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1186/11, de Diana Aparecida Gomes de Oliveira e Processo nº 1189/11, de Paulo Sesar Batista. 5) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1152/11, de Eduardo Goulart Nunes; Processo nº 1187/11, de Juci Mara Santos Tomais; Processo nº 1190/11, de Leoberto Bregue Daniel; Processo nº 1150/11, de Rosalba Fiuza Lima; Processo nº 0771/11, de Jussi Cabral Espíndola e a Comunicação Interna nº 078/2011 - 27/07/2011, Interessado: Diretor-Geral da ALESC "antecipação do 13º salário da funcionária Laís Bittencourt", e retirado de pauta pelo relator o Processo nº 2137/10, de Margareth Balsini Genovez. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia quinze (15) de agosto. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2011.

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 18ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 02 DE AGOSTO DE 2011.

Às nove horas do dia dois de agosto do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado do Deputado Romildo Titon reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Maurício Eskudlark, José Nei Alberton Ascari, Maurício Eskudlark, Volnei Morastoni,

Elizeu Mattos, Joares Ponticelli, Dirceu Dresch, Luciane Carminatti substituindo Dirceu Dresch. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça e a Ata da 3ª Reunião Simultânea da Comissão de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, Trabalho, Administração e Serviço Público que foram aprovadas por unanimidade. Em seguida passou a palavra aos senhores deputados para relatar as matérias em pauta: **O Deputado Elizeu Mattos** relatou o Projeto de Lei de nº 0074.8/2011 exarou parecer pelo redilenciamento, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. **O Deputado José Nei A. Ascari** relatou o Projeto de Emenda Constitucional de nº 0004.2/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei de nº 0109.2/2011 e 0223.3/2011 exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0283.4/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Sargento Amauri Soares** relatou os Projetos de Lei de nºs 0290.3/2011, 0160.5/2011 e 0266.3/2011 exarou pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0285.6/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. **O Deputado Luiz Eduardo Cherem** relatou o Projeto de Lei de nº 0269.6/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Lei de nº 0175.1/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; os Projetos de Lei de nº 0249.2/2011 e 0386.6/2011 exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei de nºs 0246.0/2011, 0259.4/2011, 0279.8/2011, 0138.7/2011, 0118.3/2011, 0264.1/2011, 0165.0/2011, 0280.1/2011 e 0278.7/2011 exarou pareceres favoráveis, que posto em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e as Mensagens de Veto de nº 0182/2011 e 0181/2011. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, do qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em 12 de agosto de 2011.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 14H00 DO DIA 03 DE AGOSTO DE 2011.

Às nove horas do dia três de agosto do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Maurício Eskudlark, José Nei Alberton Ascari, Eliseu Mattos e Volnei Morastoni. Aberto os trabalhos o presidente passou a palavra ao Senhor **Deputado Sargento Amauri Soares** para relatar do Projeto de Lei de nº 0266/2011, exarou parecer favorável à emenda aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A reunião foi encerrada às 14h35min. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, no qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em 03 de agosto de 2011.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2011

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS AUDIOVISUAIS DE TV.

DATA: 25/08/2011 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 25 de agosto de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, 6º andar do Edifício João Cascaes localizado na Avenida Hercílio Luz, nº 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 12 de agosto de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO**AVISO DE RESULTADO**

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2453/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 024/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SERVIDORES DA ALESC LOTE ÚNICO

Vencedora: ALICE IBAGY COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Valor do Último Lance: R\$ 116.423,00
Florianópolis, 11 de agosto de 2011

HELIO ESTEFANO BECKER FILHO
PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 2082/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 012/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OPERACIONALIZAÇÃO E TRANSMISSÃO PERMANENTE, 24 HORAS, DE SINAL DIGITAL DE VIDEO E ÁUDIO ASSOCIADO COM O FORNECIMENTO DO SEGMENTO ESPECIAL VIA SATÉLITE PARA TVAL (UP LINK COMPLETO), CAPAZ DE ATENDER TECNICAMENTE TODOS OS MUNICIPIOS DE SANTA CATARINA ONDE HOUVER OPERADORA DE TV A CABO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

LOTE ÚNICO

EMPRESA VENCEDORA: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL

Valor total anual do Último Lance: R\$ 399.000,00
Florianópolis, 12 de agosto de 2011.

BERNADETE ALBANI LEIRIA
PREGOEIRA

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 2563, de 11 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDSON ADILIO MALACARNE DE OLIVEIRA,

para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Neodi Saretta).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2564, de 11 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GIZELI RIBEIRO DO NASCIMENTO,

para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2565, de 11 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora MARIA DE LOURDES

FUSINATO CIRICO, matrícula nº 6606, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de agosto de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2566, de 11 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA DE LOURDES FUSINATO CIRICO,

matrícula nº 6606, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de agosto de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2567, de 11 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor LAERZIO D'AQUINO,

matrícula nº 4476, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de agosto de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2568, de 11 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LAERZIO D'AQUINO,

matrícula nº 4476, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de agosto de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2569, de 11 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **FABIANA ELOISA DREGER**, matrícula nº 6607, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de agosto de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2570, de 11 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FABIANA ELOISA DREGER, matrícula nº 6607, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de agosto de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2571, de 11 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EDUARDO CONTE**, matrícula nº 4340, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de agosto de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2572, de 11 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDUARDO CONTE, matrícula nº 4340, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de agosto de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2573, de 11 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARLENE POLEZA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2574, de 11 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DENNYS PUPO DOS ANJOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2575, de 11 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1252/11,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **MARCIA DITTRICH TOSETTO**, matrícula nº 1469, por 20 (vinte) dias, a contar de 01 de agosto de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2576, de 11 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1378	Elisabeth Nuernberg	10	08/08/11	1251/2011
1159	Joyce Maria Ramos Bastos	15	08/08/11	1254/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2577, de 11 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1447	Alair Nazarete Pacheco	60	31/07/11	1253/2011
1153	Milton Francisco Oscar Filho	30	08/08/11	1255/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2578, de 12 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **JULIANE GONÇALVES ROCHA**, matrícula nº 6338, na CGP - Coordenadoria de Eventos.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2579, de 12 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **FABIO LUIZ FELICIO**, matrícula nº 6718, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Liderança do PC do B).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2580, de 12 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANGELA MARIA THEISS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Daniel Tozzo).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2581, de 12 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 026/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Viana	
1998	Bernadete Albani Leiria	
0947	Valter Euclides Damasco	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2582, de 12 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **DIHAIMI SCHMITZ**, matrícula nº 6535, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de agosto de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 033/11**

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 220

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, o projeto de lei complementar que "Fixa o valor referencial de vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC".

Florianópolis, 08 de agosto de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 10/08/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0033.5/2011

Fixa o valor referencial de vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O valor referencial de vencimento a que se refere o art. 10 da Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006, é fixado em R\$ 250,11 (duzentos e cinquenta reais e onze centavos), a contar de 07 de abril de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do orçamento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 008/2011

Florianópolis, 31 de março de 2011.

Excelentíssimo Senhor

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Digníssimo Governador do Estado de Santa Catarina

NESTA

Senhor Governador,

Cumprimentando-o cordialmente, servimo-nos da presente para expor e solicitar o que segue:

1. Breve histórico da UDESC

Coerente com sua filosofia de criação, desde 1965 a UDESC tem se caracterizado como uma Universidade multi-campi, cumprindo sua missão de produtora e disseminadora de conhecimento, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A partir de 1991, com a fixação do percentual de 1,95% da receita líquida do Estado, a UDESC tem realizado grande expansão na oferta de vagas, estando presente nas seis mesorregiões do Estado de Santa Catarina, conforme divisão territorial feita pelo IBGE, ampliando os cursos de graduação e os programas de pós-graduação. Assim, em **1991** a UDESC tinha **16 cursos de graduação** sediados apenas nas cidades de **Florianópolis (10), Joinville (4) e Lages (2)**, com o mesmo desenho em que começou em 1965. Em **2004**, a UDESC retoma sua missão original de estar presente em toda Santa Catarina, se estabeleceu no oeste catarinense (**Chapecó/Palmitos/Pinhalzinho**) com mais 3 novos cursos de graduação. Em **2004**, houve a implantação do curso de Administração em Serviços Públicos em Florianópolis e em Balneário Camboriú. No ano seguinte (**2005**), o campus de **São Bento do Sul** se emancipou de Joinville e criou-se mais um curso de graduação no Centro Educacional do Planalto Norte (CEPLAN) em São Bento do Sul.

Em **2006**, com uma ação indutora de aumento do percentual de 1,95% para 2,05%, a UDESC criou mais dois novos campi (**Ibirama e Laguna**), tendo implantado mais três cursos de graduação nessas cidades. Em **2008**, implantou mais três novos cursos de graduação: Engenharia Ambiental em Lages, Ciências Econômicas em Florianópolis e Licenciatura em Matemática em Joinville. Foram abertos em 2010 mais dois novos cursos de graduação, Engenharia de Pesca, em Laguna e Licenciatura em Química em Joinville. Também em 2010 foi criado o CESFI - Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí. No corrente ano tivemos a entrada da primeira turma de Engenharia Sanitária, em Ibirama, e iniciaremos o Curso de Engenharia do Petróleo, em Balneário Camboriú, cujas aulas se iniciam no segundo semestre, consolidando a UDESC na região da foz do Itajaí.

Em síntese, a partir deste processo de expansão, atualmente a UDESC oferece **45 cursos de graduação** à sociedade catarinense. Além disso, tramitam na UDESC mais 7 novos cursos de graduação e foi finalizada a atualização do Planejamento Estratégico (Plano 20, versão 2010-2030), onde estão sendo pensados os novos cursos até 2030. (Gráfico I).

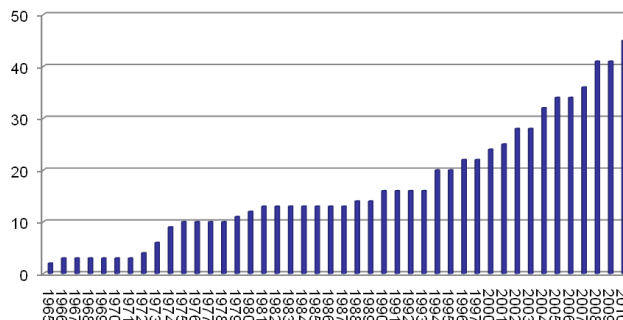


Gráfico I: Evolução da expansão dos cursos de graduação da UDESC

A pós-graduação "stricto sensu" é recente na UDESC e data de 1995, contudo se expande num ritmo acelerado (ver Gráfico II), sendo que atualmente estão em funcionamento **19 cursos de mestrado** e **5 de doutorado**, todos bem avaliados pela CAPES, incluindo a Universidade dos catarinenses num patamar de excelência das grandes universidades brasileiras. Ainda nesse ano de 2011 estão sendo encaminhados para apreciação da CAPES - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente de Ensino Superior - mais cinco cursos de mestrado e um de doutorado.

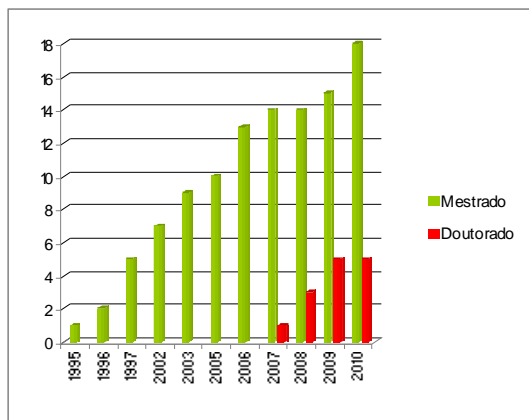


Gráfico II: Evolução da expansão dos cursos de pós-graduação da UDESC

Em função das crescentes demandas da sociedade, estudos estão sendo realizados para definir a expansão da UDESC até 2030, nas cidades onde a Udesc já tem Campus, bem como, no sentido de levar a UDESC para outras regiões, onde podemos destacar a **região do meio-oeste catarinense**, cujo Conselho Universitário aprovou em 2010 a criação do Centro de Educação Superior do Meio-Oeste (do CESMO), que aguarda definição de viabilidade orçamentária, para terminar o processo de escolha da cidade sede e da vocação do futuro Centro. Entretanto, a Udesc já iniciou suas atividades nessa Região desde dezembro de 2010, através de seu Núcleo do Projeto Rondon. Realizou, a ação chamada de "Operação Contestado", nas cidades de Calmon e Matos Costa, que em caráter experimental atendeu mais de 800 pessoas. Essa operação seguiu o modelo do Rondon do Ministério da Defesa, e teve o objetivo de formar multiplicadores (servidores públicos, lideranças comunitárias e sociedade civil) para atuar, de forma multidisciplinar, nas áreas da Educação, Saúde, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Comunicação, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção e Trabalho. Em julho de 2011 está prevista uma grande operação intitulada "Operação Fronteira", que ocorrerá no extremo-oeste catarinense, atendendo 6 municípios da 30 SDR, dois do estado do Paraná e 1 da Argentina, cumprindo o protocolo de intenções "Consórcio intermunicipal da Fronteira". Essa operação mobilizará 60 alunos e professores da Udesc, nos mesmos moldes da Operação Contestado, e atingirá aproximadamente 5 mil pessoas.

2. A qualidade dos cursos da UDESC e a qualidade de seus servidores

Os cursos da UDESC têm tido seguidamente bons conceitos nas avaliações realizadas pelo MEC, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, conforme apresentado no Gráfico III, o que torna a Universidade do Estado de Santa Catarina, uma das melhores do país.

Os conceitos atribuídos no ENADE vão de 1 a 5, sendo 5 o conceito mais elevado. Com base no desempenho dos cursos da UDESC, até então avaliados, por sistema de avaliação em âmbito nacional, sob coordenação do INEP/MEC, constata-se que 65% obtiveram conceitos que refletem padrões de qualidade superior no ensino de graduação da UDESC.

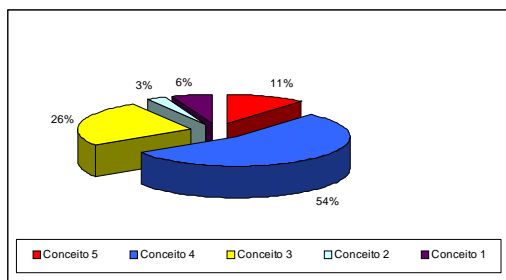


Gráfico III: Conceitos Atribuídos pelo ENADE aos Cursos da UDESC 2004-2009

Fonte: INEP (2009).

Na avaliação dos cursos, o MEC considerou a infraestrutura relacionada, a **qualificação dos professores** e a nota obtida pelos estudantes nas edições no ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

A posição obtida pela UDESC revela que o desempenho da universidade é resultado do investimento feito na instituição ao longo dos anos pelo governo estadual, da dedicação dos servidores, desempenho dos alunos e qualificação dos cursos, aliados a uma gestão propositiva com racionalização e adequado direcionamento dos recursos às atividades-fim da Universidade.

Portanto, a qualidade dos servidores da UDESC é condição preponderante para a manutenção dos excelentes níveis das atividades fim (ensino, pesquisa e extensão) e das atividades meio (administrativas) necessárias.

Esta marca de desempenho da UDESC é, sem dúvida, um indicador importante da qualidade da administração do Estado de Santa Catarina.

3. A perda de competitividade da UDESC em atrair novos servidores

a) A defasagem salarial na Udesc

O Plano de Carreira da UDESC (Lei Complementar nº 345/2006) criou o Valor Referencial de Vencimento - VRV, cujo valor indexa os vencimentos conforme o seu Art. 10.

Inicialmente, em 07 de abril de 2006, foi fixado em R\$190,00. De 2006 a 2008 não houve nenhuma atualização salarial, acumulando uma perda em torno de 23% dependendo do índice de cálculo adotado. A partir deste valor, a Udesc planejou uma reposição escalonada, (2009, 2010, 2011 e 2012), a fim de repor a defasagem, ter algum ganho real e tornar a Udesc competitiva, na manutenção e na atração de servidores (docentes e técnicos universitários) para seus quadros, além de não perder os já existentes. De 2009 a 2010 houve uma reposição de 19,84%, sendo que atualmente com base no IPC-Fipe, ainda há uma defasagem de **6,41%**.

b) Dificuldade em manter e atrair o quadro de servidores

Aliado à defasagem salarial, registra-se uma grande concorrência na oferta de vagas em concursos públicos em Instituições de Ensino Superior - IES gratuitas no Brasil. Vive-se um momento de grande expansão na rede federal de educação superior, seja pela implantação de novas unidades das Universidades Federais e pela implantação dos IFs (Institutos Federais de Educação). Acrescente-se também a perspectiva salarial que essas instituições oferecem, que segundo dados da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, um professor doutor em início de carreira nas Universidades Federais tem o salário base de R\$7.637,67, enquanto na UDESC o mesmo nível corresponde a um salário de R\$6.349,99, o que equivale a **20%** a menos do que o salário do sistema federal.

Destaca-se também que as Universidades estaduais têm procurado preservar seu quadro de servidores, mantendo seus salários compatíveis com o mercado e, muitas vezes, acima da média salarial. Assim, em 2010, as **Universidades Estaduais Paulistas** (Unicamp, USP e Unesp) concederam a seus servidores um reajuste salarial acima da inflação. Esse esforço de preservação e de crescimento dos salários vem sendo constante ao longo dos últimos anos. Para ilustrar, no período de junho de 2000 a maio de 2010, os salários nas três universidades foram reajustados em 119,49%, contra uma inflação de 78,66%, medida pelo IPC-Fipe no mesmo período, aproximadamente 40%, ou seja, ganho real médio de 4% ao ano.

Em boa medida, a diferença em relação ao mercado e às outras universidades públicas resulta da política salarial adotada pelas três universidades paulistas que, nos últimos anos, têm concedido reajustes superiores aos índices de inflação, inclusive de modo a concretizar aumentos reais do poder aquisitivo. Em 2010, o reajuste salarial foi de 6,57%, o que representa 1,5% acima do índice de inflação medido pelo IPC-Fipe no período de maio de 2009 a abril de 2010, que foi de 5,07% (Fonte: <http://www4.usp.br/index.php/institucional/18985-cruesp-emite-comunicado-apos-reuniao-nessa-terca>, acessado em 30/03/2011).

Além disso, Santa Catarina tem sido palco de grandes disputas por docentes especialistas entre IES particulares, que nos últimos anos vêm crescendo e ampliando seus espaços. Exemplos não faltam, como a Universidade Anhanguera, a Pontifícia Universidade Católica e a SOCIESC. Essas Instituições oferecem uma contrapartida salarial muito atraente para docentes com alta qualificação acadêmica.

Tudo isso tem levado a um aumento de oportunidades para profissionais da área da educação superior, tornando mais escasso o contingente de candidatos nos concursos para professor na UDESC ou mesmo gerar o êxodo de nossos servidores para outras universidades.

Senhor Governador, a manutenção e melhoria da qualidade dos nossos cursos passa por preencher o quadro de docentes efetivos. Assim, tem-se tentado, com pouco êxito completar o quadro de docentes da UDESC. Em 2008, 2009 e 2010 realizamos concursos públicos anuais, com média de 100 vagas em cada edição. Mas

apenas em torno de 50% das vagas ofertadas foram preenchidas, por ausência de candidatos. Sem contar as diversas demissões de docentes efetivos, que trocaram a UDESC por outras IES, muitas vezes na mesma cidade.

Esse quadro se agrava considerando que a UDESC conta com vários cursos de graduação e pós-graduação em fase de implantação, e, tem sido comum o início de vários semestres com falta de docentes, tendo-se então a UDESC que recorrer a contratação de professores temporários, que pela legislação vigente somente podem ministrar aulas, prejudicando assim, as atividades de pesquisa e extensão, tão importantes a formação plena de nossos alunos, e que é um diferencial do egresso da Universidade dos Catarinenses.

4. O pleito da Udesc

Para evitar a perda de competitividade da Udesc em manter seu quadro e atrair novos servidores para garantir padrões de excelência já conquistados, faz-se, portanto, necessária e imperiosa a contínua revisão e a devida atualização dos vencimentos dos servidores da UDESC, dentro do que preceitua a Lei Complementar Nº 345, de 7 de abril de 2006. Para tanto, **solicitamos a alteração do VRV, de R\$ 227,70 para R\$250,11**, conforme Resolução nº 016/2011 do Conselho Universitário, (em anexo), salientando que tal atualização pautar-se no limite máximo (75%), definido na mesma Lei em seu artigo 11 - § 1º, de comprometimento das disponibilidades financeiras e orçamentárias da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, conforme demonstrativo sintético a seguir:

Valor Projetado da Folha Para o Mês de Abril/2011	R\$ 11.801.697,84
Valor Projetado da Folha Para o Ano 2011	R\$ 154.697.135,96
Comprometimento da Receita com a Folha no ano 2011	65,62%
Contingenciamento da Receita	2%
Percentual Pretendido de Reajuste	9,84%

Fonte: SEF/SIGEF e UDESC/PROPLAN

Faz-se necessário registrar que a receita financeira acima, baseou-se na soma de todas as Receitas previstas para o ano de 2010, conforme previsão repassada pela Secretaria de Estado da Fazenda, incluindo: Cotas (100), Fundo Social (261), Fundo Cultural (262), Serviços (240) e Convênios (228) e para as informações da Folha de Pagamento, utilizou-se a média das folhas de pagamento do período de março de 2010 a fevereiro de 2011 (últimos doze meses, conforme disposto na LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal).

Também faz-se necessário registrar que o estudo levou em consideração o aumento vegetativo da folha de **0,78%** ao ano.

Por outro lado, cumpre-nos informar a Vossa Excelência, que a reposição solicitada não implicará na capacidade de investimento em infraestrutura e contratação de pessoal da Udesc, assim estão asseguradas as seguintes ações: i) Contratações de técnicos administrativos referente ao concurso Público Edital nº 001/2009 - 156 Técnicos; ii) Processo Seletivo para Professores Substitutos 2010/2011; iii) Concurso Público de Docentes Edital nº 002/2010; iv) Concurso Edital 2011 de 176 Professores; v) Concurso Edital 2011 de 48 Técnicos Administrativos; e vi) Implantação do Centro de Balneário Camboriú. Essas ações, quando de sua **plena efetivação**, resultará num comprometimento de nossa folha de 73,37%, conforme demonstrativo sintético a seguir.

Valor Projetado da Folha Para o Mês de Abril/2011	R\$ 12.506.294,83
Valor Projetado da Folha Para o Ano 2011	R\$ 169.502.182,70
Comprometimento da Receita com a Folha no ano 2011	73,37%
Contingenciamento da Receita	2%
Percentual Pretendido de Reajuste	9,84%

Fonte: SEF/SIGEF e UDESC/PROPLAN

Neste caso, o percentual apresentado de reajuste continua tendo repercussão dentro do limite de até 75% do comprometimento com gasto de pessoal, estabelecido na Lei Complementar nº 345/2006.

Finalmente esclarecemos a Vossa Excelência que foi considerado também um contingenciamento a título de prudência de **2%**, cumprindo os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Plano de Carreira da Udesc, a qual possui repasse de duodécimos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Sendo o que se apresenta para o momento, contamos com a habitual atenção de Vossa Excelência, e colocamo-nos ao vosso inteiro dispor para os esclarecimentos que se fizerem necessários ao mesmo tempo em que antecipadamente agradecemos.

À vossa elevada consideração.

Respeitosamente,

Prof. **SEBASTIÃO IBERES LOPES MELO**

Reitor

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 034/11 MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA PROCURADORIA - GERAL DE JUSTIÇA

Florianópolis, 1º de agosto de 2011. Ofício n.89815.6/PJG
EXCELENTÍSSIMO SENHOR

DEPUTADO **GELSON MERISIO**

DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Assunto: Encaminha projeto de lei complementar

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho anexo, com fundamento no art.98 da Constituição do Estado de Santa Catarina, projeto de lei complementar que visa à criação de novas Promotorias de Justiça, com a respectiva exposição de motivos, estudo sobre o impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre a adequação orçamentária e financeira, nos termos do art. 16, I e II, da LC nº 101/2000, solicitando a Vossa Excelência que determine sua tramitação para apreciação dos senhores Deputados Estaduais, colocando-me, desde logo, à disposição dessa Augusta Casa para os eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

LIO MARCOS MARIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

No exercício de prerrogativa constitucional, tenho a honra de submeter à elevada apreciação desse Poder Legislativo Projeto de Lei complementar que cria Promotorias de Justiça e cargos na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

De plano cumpre salientar que referido Projeto de Lei complementar é consequência natural da demanda pela tutela jurisdicional ocorrente em todos os recantos do Estado de Santa Catarina e, em especial, nas Comarcas de Balneário Camboriú, Brusque, Rio do Sul, Maravilha e Xaxim, onde a instalação de novas Unidades Judiciárias criou descompasso com o número de Promotorias ali existentes.

Desde 1994, no Estado de Santa Catarina, em homenagem ao bom aproveitamento dos recursos humanos, priorizou-se a equitativa distribuição dos trabalhos a todas as promotorias de justiça, independentemente da vara ou varas em que tenha atuação. Entretanto, isso não importa dizer que será desnecessário o equilíbrio de cargos entre o Poder Judiciário e o Ministério Público, carecendo, isto sim, da criação dos respectivos cargos, pela via da Lei Complementar, nos termos que ora se apresentam.

Além do número de Unidades Judiciárias em cada Comarca, a proposta ora apresentada pelo Ministério Público baseou-se, primordialmente, nas informações sobre o número de habitantes e o número de processos que tramitam nos fóruns locais, no exposto objetivo de bem distribuir a carga de trabalho e priorizar a celeridade na prestação jurisdicional.

Como se vê, analisada a relação entre o custo da ampliação da estrutura organizacional e os benefícios que dela decorrerão, a aprovação do projeto é amplamente favorável aos interesses da sociedade catarinense.

Ressalte-se, por fim, que a instalação da Promotorias de Justiça previstas no Projeto e o provimento dos cargos respectivos dependerá da existência de suporte financeiro e orçamentário, de disponibilidade de espaço físico e equipamentos compatíveis com a importância e a dimensão dos serviços, tudo conforme previsto no art. 4º do Projeto ora apresentado.

Limitado ao exposto e na expectativa de que a matéria haverá de merecer inteira acolhida por essa Augusta Assembleia Legislativa, renovo a Vossa Excelências as melhores expressões do meu alto apreço e especial consideração.

Florianópolis, 1º de agosto de 2011

LIO MARCOS MARIN

PROCURADOR - GERAL DE JUSTIÇA

Lido no Expediente

Sessão de 11/08/11

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0034.6/2011

Cria Promotorias de Justiça, cargos de Promotor de Justiça e cargos de Assistente de Promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público e da outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criadas na estrutura de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 2 (duas) Promotorias de Justiça de entrância especial, 4 (quatro) Promotorias de Justiça de entrância final e 2 (duas) de entrância inicial, nos termos seguintes:

I - Entrância Especial

- a) 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Camboriú; e
b) 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Camboriú.

II - Entrância Final

- a) 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque;
b) 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque;
c) 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Sul; e
d) 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Sul

III - Entrância Inicial

- a) 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maravilha; e
b) 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xaxim.

Parágrafo único. As atuais Promotorias de Justiça das Comarcas de Maravilha e de Xaxim passam a denominar-se respectivamente, 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maravilha e 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xaxim.

Art. 2º Ficam criados, em decorrência desta lei, 2 (dois) cargos de Promotor de Justiça de entrância especial, 4 (quatro) cargos de Promotor de Justiça de entrância final e 2 (dois) cargos de promotor de Justiça de entrância inicial.

Parágrafo único. Os cargos de Promotor de Justiça criados por este artigo serão lotados nas Promotorias de Justiça criadas no art. 1º e terão nomenclatura ordinal a elas correspondente.

Art. 3º Ficam criados na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com lotação vinculada às novas Promotorias de Justiça, 8 (oito) cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, com a classificação, os requisitos e as vedações previstos no art. 1º da Lei Complementar n.276, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 4º As instalações das Promotorias de Justiça e o provimentos dos cargos criados por esta Lei Complementar, cuja iniciativa fica reservada, em caráter exclusivo, ao Procurador Geral de Justiça, dependerão da existência de suporte orçamentário e financeiro para atender aos respectivos custos de instalação e manutenção.

COMARCA	QUANTIDADE	VALORES (12 MESES)	VALORES (4 MESES)
Xaxim	1	535.789,10	209.223,61
Maravilha	1	536.545,29	202.131,00
Brusque	2	1.060.522,88	407.391,90
Rio do Sul	2	1.056.056,92	393.521,32
Balneário Camboriú	2	1.129.027,20	434.022,14
Total	8	4.317.941,39	1.646.289,97

Everton Bitencourt

Chefe do Setor de Estatística

*** X X X ***

Art. 5º As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de agosto de 2011

GOVERNADOR DO ESTADO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA - GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIAS

ORGANIZACIONAIS

SETOR DE ESTATÍSTICAS

Florianópolis, 04 de agosto de 2011.

Do Chefe do Setor de Estatística

Senhor **EVERTON BITENCOURT**

À Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais

Senhora **ISABEL CRISTINA SILVEIRA DE SA**

Assunto: Custo para instalação e manutenção de novas Promotorias de Justiça

Senhora Coordenadora,
Cumprimentando-a, sirvo-me do presente para encaminhar informação solicitadas sobre a repercussão financeira para a instalação e manutenção de novas Promotorias de Justiça, na quantidade de:

- 1 (uma) Promotoria de Justiça na Comarca de Xaxim;
- 1 (uma) Promotoria de Justiça na Comarca de Maravilha;
- 2 (duas) Promotorias de Justiça na Comarca de Brusque;
- 2 (duas) Promotorias de Justiça na Comarca de Rio do Sul;
- 2 (duas) Promotorias de Justiça na Comarca de Balneário Camboriú;

Considerando que temos 4 (quatro) meses para o término do ano de 2011, a repercussão financeira para este período, será de R\$ 1. 646.289,97 (um milhão, seiscentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos).

Segue a tabela contendo os custos individuais referentes à instalação e manutenção das 8 (oito) Promotorias de Justiça.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009.0/2011

Altera as Resoluções nº 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e adota outras providências.

Art. 1º Os arts. 2º e 57 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 2º.....

III - Gabinete da Presidência

a) Chefia de Gabinete da Presidência

6. Secretaria Executiva de Relações Institucionais

6.1. Assessoria para Assuntos Nacionais e do Mercosul

6.2. Assessoria para Assuntos Internacionais

..... “ (NR)

“Art. 57. Estão vinculadas e subordinadas à Coordenadoria de Eventos a Gerência de Cerimonial e a Gerência Cultural.” (NR)

Art. 2º Ficam acrescidos a Seção VI e o art. 17-A no Capítulo IV do Título II, e a Seção II e o art. 57-A no Capítulo II do Título III à Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, com a seguinte redação:

“Seção VI

Da Secretaria Executiva de Relações Institucionais

Art. 17 -A. À Secretaria Executiva de Relações Institucionais compete, especialmente:

I - sugerir, apresentar, desenvolver e acompanhar projetos de interesse do Gabinete da Presidência;

II - receber e acompanhar autoridades, delegações e visitantes;

III - coordenar as atividades voltadas ao relacionamento externo da Assembleia Legislativa;

IV - organizar, em parceria com outros setores da Assembleia Legislativa, eventos, recepções e seminários;

V - definir o conteúdo de materiais promocionais e informativos relacionados às relações institucionais;

VI - organizar e assessorar as viagens e missões nacionais e internacionais oficiais dos deputados;

VII - propor a elaboração de convênios e acordos internacionais;

VIII - elaborar relatórios oficiais;

IX - dar apoio logístico e de comunicação, ao estreitamento de relações com instituições e organizações locais, nacionais e internacionais, e com os outros Poderes;

X - coordenar missões e respectivas agendas;

XI - acompanhar a execução dos convênios e acordos celebrados, produzindo relatórios periódicos e finais, e manter sob sua guarda os documentos originados;

XII - prestar assessoramento, sob determinação da

Presidência, às instituições e organizações nacionais e estrangeiras;

XIII- promover e acompanhar políticas e acordos de integração com os Estados da Federação e outros países; e

XIV - colaborar com projetos de comunicação social estratégicos, de forma a promover a imagem e o relacionamento dos deputados junto à sociedade, abrangendo as instituições parlamentares, seja de âmbito local, municipal, estadual, nacional ou internacional.”

.....
 “Seção II

Da Secretaria Executiva de Relações Institucionais

Art. 57 -A. Estão vinculadas e subordinadas à Secretaria Executiva de Relações Institucionais:

I - a Assessoria para Assuntos Nacionais e do Mercosul, à qual compete, especialmente:

a) atuar, promover e desenvolver políticas e acordos de integração com os Estados da Federação junto ao Mercosul;

b) trabalhar de forma integrada e cooperativa, buscando obter excelência nas atividades de competência da Secretaria Executiva de Relações Institucionais;

c) produzir e expedir ofícios internos, externos e demais documentos oficiais;

d) coordenar por delegação da Secretaria Executiva missões e respectivas agendas;

e) acompanhar e manter atualizada todas informações produzidas em âmbito municipal, estadual, nacional, de interesse do Mercosul; e

f) manter sob guarda os documentos produzidos ou gerados pela Assessoria para Assuntos Nacionais e do Mercosul;

II - a Assessoria para Assuntos Internacionais, à qual compete, especialmente:

a) atuar, promover e desenvolver políticas e acordos de integração internacionais;

b) trabalhar de forma integrada e cooperativa, buscando obter excelência nas atividades de competência da Secretaria Executiva de Relações Institucionais;

c) produzir e expedir ofícios internos, externos e demais documentos oficiais;

d) coordenar por delegação da Secretaria Executiva missões internacionais e respectivas agendas;

e) acompanhar e manter atualizada todas informações produzidas em âmbito internacional; e

f) manter sob guarda os documentos produzidos ou gerados pela Assessoria para Assuntos Internacionais; e

III - a Assistência de Relações Institucionais, à qual compete, especialmente:

a) dar suporte técnico aos trabalhos da Secretaria Executiva de Relações Institucionais; e

b) elaborar o relatório anual das atividades da Secretaria Executiva de Relações Institucionais.”

Art. 3º O art. 59 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.59. Está vinculada à Diretoria Legislativa a Assistência da Diretoria Legislativa, e à Coordenadoria de Apoio ao Plenário a Gerência de Sessões Solenes e Especiais.

I - à Assistência da Diretoria Legislativa compete, especialmente:

a) secretariar as reuniões do Colegiado de Bancadas;

b) produzir o relatório conclusivo;

c) elaborar as atas das reuniões do Colegiado de Bancadas;

d) responder pela Diretoria Legislativa na ausência do titular;

e) coordenar e supervisionar as atividades das seções vinculadas ao Gabinete da Diretoria Legislativa; e

f) elaborar o relatório anual das atividades do Gabinete da Diretoria Legislativa.

II - à Gerência de Sessões Solenes e Especiais compete, especialmente:

a) agendar, organizar e coordenar a realização de sessões Solenes e Especiais;

b) elaborar texto e providenciar a confecção de placas de homenagens;

c) prestar orientação e assessoria aos proponentes das Sessões;

d) elaborar roteiros das Sessões;

e) colaborar com o cerimonial nas providências relativas às Sessões Solenes e Especiais;

f) assessorar a Mesa durante a realização das Sessões; e

g) organizar e acompanhar a execução de Sessões fora do Palácio Barriga Verde.” (NR)

Art. 4º Os Anexos I e II da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, passam a vigorar na forma dos Anexos I e II desta Resolução.

Art. 5º O art. 20 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20

.....
 II - para Coordenador, Assessor, Secretário-Geral, Secretário Executivo de Relações Institucionais, Assessor de Relações Institucionais para Assuntos Nacionais e do Mercosul, Assessor de Relações Institucionais para Assuntos Internacionais, Secretário Particular, Chefe da Consultoria Legislativa e Executivo de Gabinete, no valor equivalente a FC-6;

..... “ (NR)

Art. 6º Ficam acrescentados ao Anexo II-A da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, um cargo de Secretário Executivo de Relações Institucionais, código PL/DAS, nível 7, um cargo de Assessor de Relações Institucionais para Assuntos Nacionais e do Mercosul, código PL/DAS, nível 6, um cargo de Assessor de Relações Institucionais para Assuntos Internacionais, código PL/DAS, nível 6, e dois cargos de Assistente de Relações Institucionais, código PL/DAS, nível 3.

Art. 7º Fica acrescentado ao Anexo III-C da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, duas funções de Assistência Técnica - Secretaria Executiva de Relações Institucionais, código PL/FC, nível 3.

Art. 8º Fica alterada a denominação da Função de Confiança - Gerência de Relações Institucionais, código PL/FC, nível 5, constante do Anexo III-A da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, para Função de Confiança - Gerência de Sessões Solenes e Especiais., código PL/FC, nível 5.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Ficam revogados o inciso VII do art. 12, a alínea “c” do inciso I do art. 14 e o inciso II do art. 57 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006.

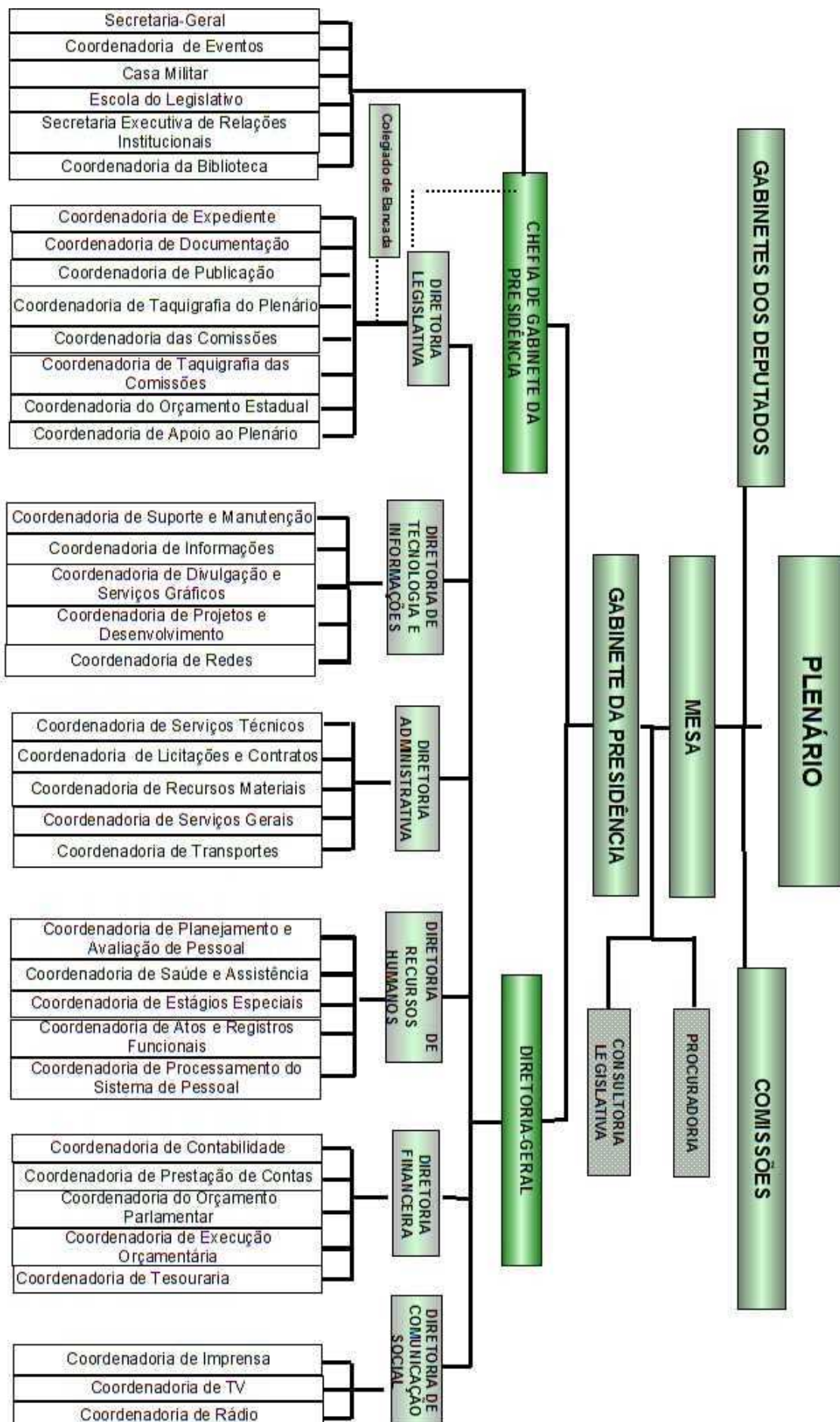
Sala das Sessões, em

Deputado GELSON MERISIO - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

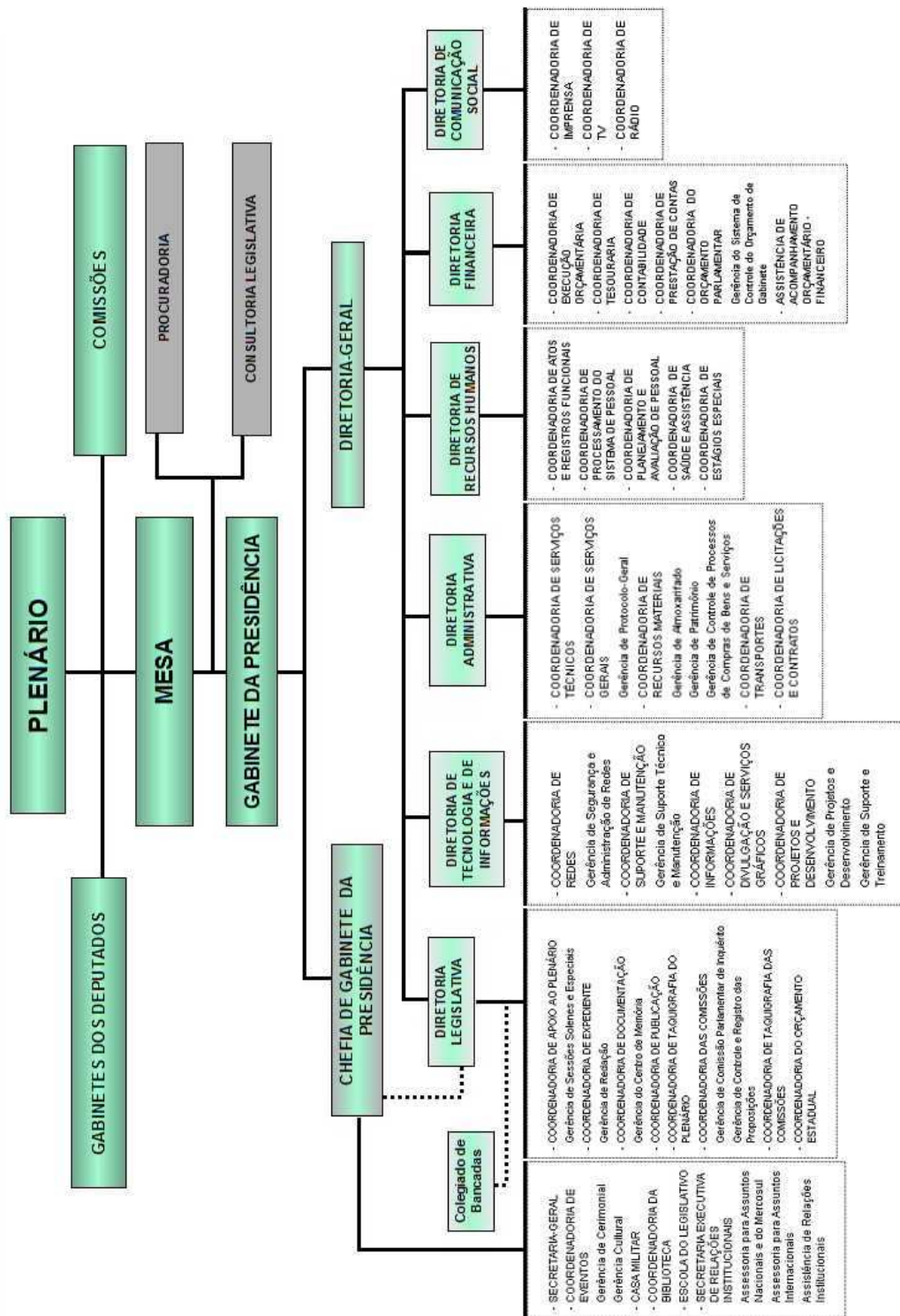
Lido no Expediente
 Sessão de 10/08/11



ANEXO I - ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

(Altera o Anexo I da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006)

ANEXO II
(Altera o Anexo II da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006)
ANEXO II - ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA
DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA



JUSTIFICATIVA

Por meio da presente proposição a Mesa pretende reestruturar o setor responsável pela gestão das Relações Institucionais do Poder Legislativo Catarinense.

A medida possui o condão de dotar o Poder Legislativo da estrutura necessária para gerir as atividades de Relações Institucionais, inclusive no âmbito internacional.

A estrutura supramencionada é composta da Secretaria Executiva de Relações Institucionais, à qual estarão vinculadas e subordinadas a Assessoria para Assuntos Nacionais e do Mercosul, a Assessoria para Assuntos Internacionais e a Assistência de Relações Institucionais.

As Relações Institucionais se constituem em atividade meio de relevância para o cumprimento da missão constitucional do Poder Legislativo, uma vez que amplia a rede de relacionamentos do Parlamento com os mais variados players oficiais e privados, tanto no âmbito nacional como internacional.

A interação do Parlamento com organismos internacionais e demais países se tornou impositiva em razão da crescente interdependência das sociedades do mundo, principalmente nas áreas econômica, tecnológica e relacionada à ecologia.

Além disso, para o fim de adequar os serviços da Assembleia às modificações de sua estrutura organizacional ora propostas, a atual função de confiança de Gerência de Relações Institucionais é alterada para Gerência de Sessões Solenes e Especiais, com vinculação à Coordenadoria de Apoio ao Plenário (Diretoria Legislativa), consoante previsão do art. 7º c/c o art. 3º da proposição em referência.

Por fim, seguem anexos os documentos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, no tange à matéria em tela.

Assim sendo, a Mesa solicita aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Resolução.

*** X X X ***